



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERIFERIA: ESTUDO DE CASO DOS
BAIRROS JARDIM UNIÃO E JARDIM BELA VISTA EM MARABÁ-PA**

JHONATAN WIVYS MENDES MESQUITA

MARABÁ – PA

2018

JHONATAN WIVYS MENDES MESQUITA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERIFERIA: ESTUDO DE CASO DOS
BAIRROS JARDIM UNIÃO E JARDIM BELA VISTA EM MARABÁ-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção dos títulos de Licenciado e Bacharel em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza.

MARABÁ – PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Mesquita, Jhonatan Wivys Mendes

A produção do espaço urbano na periferia: estudo de caso dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista em Marabá-PA / Jhonatan Wivys Mendes Mesquita ; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Bairros - Desenvolvimento - Marabá (PA). 2. Crescimento urbano. 3. Comunidade urbana - Desenvolvimento. 4. Urbanização – Aspectos sociais. 5. Habitação. 6. Periferias. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 307.76098115

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

JHONATAN WIVYS MENDES MESQUITA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA PERIFERIA: ESTUDO DE CASO DOS
BAIRROS JARDIM UNIÃO E JARDIM BELA VISTA EM MARABÁ-PA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (Orientador)

Prof. Me. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues – Faculdade de Geografia - Unifesspa

Prof. Dr. Sergio Moreno Redón – Faculdade de Economia - Unifesspa

Resultado: _____

Nota: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à minha família, que em momento algum mediu esforços para auxiliar naquilo que foi possível para a realização deste trabalho. Sinto orgulho por tudo que alcancei graças aos estudos e gostaria de agradecer profundamente ao meu pai João Batista, minha mãe Wanderlea Batista e meu irmão Háfery Luan. Vocês são meu ponto de equilíbrio nesta vida. Esse trabalho é também uma vitória de vocês.

Em segundo, aos meus amigos Luiz Paulo, Roberto Marinho e Romeu Nickolas. Fundamos o nosso “*Sindicatis*” e, deixo aqui registrado meu agradecimento a cada um de vocês, amigos que tenho o prazer de carregar para a vida. Contem comigo no que for preciso, obrigado pelo apoio e pela amizade.

Aos meus amigos e parceiros de graduação, que não poderia esquecer jamais: Hinckley, Thiago, Cleyton, Zico, Evandro, Laís, Kamilla e Karol. Perdoem-me aqueles que não citei o nome, mas guardo cada um de vocês comigo. Espero encontrá-los por estes caminhos que a Geografia nos leva outra vez.

Aos amigos da Geografia, parceiros de laboratório e de muitas outras resenhas: Diemison, Marjorie, Aubrey, Dionel, José Neto, Renan, Marley, Elson, Patrícia, Melry, Adriane, Raylene. Dividimos vários momentos juntos e boa parte do tempo na universidade, seja nos projetos que cada um participa, seja nas conversas que certamente nos ajudam a manter a sanidade e a seguir firmes em nossos objetivos.

Agradeço em especial à Secretaria Municipal de Planejamento e Controle, pela colaboração com os dados necessários e essenciais para esta pesquisa. Em especial, à Bruna Lima, sempre disposta a ajudar e fico grato por tê-la conhecido. Muito obrigado pela ajuda!

Aos meus professores, parceiros e amigos com quem tive o prazer de aprender, em especial aos professores Marcelo Gaudêncio e Abraão Levi, responsáveis pelos projetos que me iniciaram na pesquisa científica e muito contribuíram no conhecimento adquirido em cada um deles, seja no âmbito do ensino, seja na geografia física. Com vocês tive acesso aos debates e as teorias que me instigaram a desenvolver este trabalho. Aos professores e amigos, Michel, Marcos Alexandre, Gleice, Maria Rita e Gustavo da Silva. Muito obrigado a todos vocês, são pessoas que admiro muito e tenho certeza que irão contribuir muito com a Geografia.

Ao meu orientador, professor e amigo Marcus Vinicius Mariano de Souza, por ter compartilhado um pouco do seu conhecimento. Assistindo suas aulas tive certeza de que seria este o rumo que gostaria de seguir e desenvolver a pesquisa, seguindo a proposta e os conselhos afim de aperfeiçoar cada vez mais o trabalho. Obrigado pela atenção e pela generosidade de aceitar dar estas contribuições sempre que possível. Espero um dia poder retribuir a altura. Obrigado!

Por fim, agradeço a cada um daqueles que de alguma forma contribuiu para a realização deste trabalho e materialização dos anos de estudo na graduação. Meus sinceros agradecimentos, com a felicidade e a certeza de que cada um de vocês também alcançará seus próprios objetivos. Mais uma vez, obrigado!

RESUMO

O processo de urbanização do espaço amazônico provocou grandes transformações nos aspectos socioeconômicos e culturais da região. A reestruturação do território, trouxe para o centro da questão novas dinâmicas espaciais e sociais, sobretudo acerca do fenômeno urbano. A partir de uma perspectiva lefebvreaana, a análise do contexto no qual ocorrem tais transformações considera que as formas espaciais urbanas são resultantes de uma produção social e capitalista do espaço, que reproduz na escala intraurbana os processos espaciais que se articulam em diversas escalas. Dessa maneira, o espaço é socialmente produzido dentro de uma racionalidade mercadológica, a partir do interesse de agentes que se estruturam através de uma forma sistemática para concretizar suas ações no espaço. No entanto, o que se observa no cenário urbano é que o espaço urbano reproduz as desigualdades inerentes ao sistema capitalista, que são espacialmente expressas através de um cenário fragmentado e excludente para a população mais pobre. É neste contexto que surgem as periferias, como áreas de expansão do tecido urbano que são produzidas dialeticamente na lógica de desvalorização dessas áreas pelo mercado imobiliário e, principalmente, pela lógica de reprodução social e da necessidade de habitação. A partir deste panorama, o espaço urbano reproduz as desigualdades socioespaciais, estabelecendo um espaço fragmentado com áreas segregadas, que adquirem uma paisagem diferenciada a partir das formas de ocupação urbana e apropriação do espaço. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações socioespaciais que decorreram na produção do espaço urbano na periferia do núcleo Cidade Nova em Marabá-PA e contribuíram para o surgimento dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista. Esta análise busca compreender os processos e a dinâmica na produção do espaço urbano no período entre os anos de 1990 e 2005. As transformações que se verificaram a partir deste período apontam para o surgimento de novas formas urbanas resultantes de uma organização espacial fragmentada, a partir da inserção da lógica mercadológica na cidade e produziu áreas segregadas que cresceram a partir de ocupações urbanas precárias em relação às infraestruturas e ao acesso aos serviços, configurando uma exclusão também social do direito à cidade.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano; Periferias; Marabá; Jardim União; Jardim Bela Vista;

ABSTRACT

The process of urbanization of the Amazonian area caused great transformations in the socioeconomic and cultural aspects of the region. The restructuring of the territory brought to the center of the issue new spatial and social dynamics, especially about the urban phenomenon. From a Lefebvrian perspective, the analysis of the context in which such transformations take place considers that urban spatial forms are the result of a social and capitalist production of space, which reproduces on the intra-urban scale the spatial processes that are articulated at different scales. In this way, space is socially produced within a market rationality, from the interest of agents that are structured through a systematic way to concretize their actions in space. However, what is observed in the urban scenario is that urban space reproduces the inherent inequalities of the capitalist system, which are spatially expressed through a fragmented and exclusionary scenario for the poorest population. It is in this context that the peripheries arise, as areas of expansion of the urban fabric that are produced dialectically in the logic of devaluation of these areas by the real estate market and, mainly, by the logic of social reproduction and the need for housing. From this panorama, the urban space reproduces the socio-spatial inequalities, establishing a fragmented space with segregated areas, that acquire a differentiated landscape from the forms of urban occupation and appropriation of the space. In this way, the present work aims to analyze the socio-spatial transformations that took place in the production of the urban space in the periphery of the Cidade Nova nucleus in Marabá-PA and contributed to the emergence of the neighborhoods Jardim União and Jardim Bela Vista. This analysis seeks to understand the processes and dynamics in the production of urban space in the period between 1990 and 2005. The transformations that have occurred since this period point to the emergence of new urban forms resulting from a fragmented spatial organization, from the insertion of the market logic in the city and produced segregated areas that grew from precarious urban occupations in relation to the infrastructures and the access to the services, configuring a social exclusion of the right to the city.

Keywords: Urban Space Production; Peripheries; Marabá; Jardim União; Jardim Bela Vista.

RESUMEN

El proceso de urbanización del espacio amazónico provocó grandes transformaciones en los aspectos socioeconómicos y culturales de la región. La reestructuración del territorio, ha traído al centro de la cuestión nuevas dinámicas espaciales y sociales, sobre todo sobre el fenómeno urbano. A partir de una perspectiva lefebvrea, el análisis del contexto en el que ocurren tales transformaciones considera que las formas espaciales urbanas son resultado de una producción social y capitalista del espacio, que reproduce en la escala intraurbana los procesos espaciales que se articulan en diversas escalas. De esta manera, el espacio es socialmente producido dentro de una racionalidad mercadológica, a partir del interés de agentes que se estructuran a través de una forma sistemática para concretar sus acciones en el espacio. Sin embargo, lo que se observa en el escenario urbano es que el espacio urbano reproduce las desigualdades inherentes al sistema capitalista, que son espacialmente expresadas a través de un escenario fragmentado y excluyente para la población más pobre. Es en este contexto que surgen las periferias, como áreas de expansión del tejido urbano que se producen dialécticamente en la lógica de desvalorización de esas áreas por el mercado inmobiliario y, principalmente, por la lógica de reproducción social y la necesidad de vivienda. A partir de este panorama, el espacio urbano reproduce las desigualdades socioespaciales, estableciendo un espacio fragmentado con áreas segregadas, que adquieren un paisaje diferenciado a partir de las formas de ocupación urbana y apropiación del espacio. De esta manera, el presente trabajo tiene como objetivo analizar las transformaciones socioespaciales que se desarrollaron en la producción del espacio urbano en la periferia del núcleo Ciudad Nova en Marabá-PA y contribuyeron al surgimiento de los barrios Jardim União y Jardim Bela Vista. Este análisis busca comprender los procesos y la dinámica en la producción del espacio urbano en el período entre los años 1990 y 2005. Las transformaciones que se verificaron a partir de este período apuntan a la aparición de nuevas formas urbanas resultantes de una organización espacial fragmentada a partir de la inserción de la lógica mercadológica en la ciudad y produjo áreas segregadas que crecieron a partir de ocupaciones urbanas precarias en relación a las infraestructuras y al acceso a los servicios, configurando una exclusión social del derecho a la ciudad.

Palabras clave: Producción del espacio urbano; periferias; Marabá; Jardim União; Jardim Bela Vista;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de identificação dos núcleos urbanos em Marabá-PA	15
Figura 02 – Mapa ilustrado da localização aproximada do burgo	41
Figura 03 – Evolução do tecido urbano de Marabá no período de 1913 a 1954	46
Figura 04 – Planta do projeto elaborado pela SUDAM para a Nova Marabá	49
Figura 05 – Marabá: assentamentos urbanos informais em 2006	55
Figura 06 – Mapa do perímetro urbano municipal (2006)	57
Figura 07 – Mapa de identificação das Zonas Especiais no núcleo Cidade Nova (2006)	58
Figura 08 – Mapa dos aglomerados subnormais e setores censitários em Marabá	59
Figura 09 – Ocupações consolidadas nos aglomerados subnormais em Marabá	59
Figura 10 – Mapa de localização dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista	65
Figura 11 – Vista do bairro Jardim União	68
Figura 12 – Vista do Bairro Jardim Bela Vista	70
Figura 13 – Avenida principal do Bairro Jardim União (2018)	73
Figura 14 - Avenida principal do Bairro Jardim Bela Vista (2018)	73
Figura 15 - Padrão de ruas sem asfaltamento no bairro Jardim União (2018)	74
Figura 16 - Padrão de ruas sem asfaltamento no bairro Jardim Bela Vista (2018)	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Ocupações urbanas e assentamentos informais em Marabá (1980 até 2004)	53
Quadro 02 – Situação dos assentamentos urbanos informais em Marabá	61
Quadro 03 – Diagnóstico das principais carências do bairro Jardim Bela Vista	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução demográfica de Marabá de 1913 a 2010	44
Gráfico 02 – Renda média mensal dos entrevistados no Bairro Jardim União	75
Gráfico 03 – Renda média mensal dos entrevistados no Bairro Jardim Bela Vista	75

LISTA DE SIGLAS

ALPA – Aços Laminados do Pará

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PDPM – Plano Diretor Participativo Municipal

PDUM – Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá

PGC – Programa Grande Carajás

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMM – Prefeitura Municipal de Marabá

SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Controle

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: Concepções teóricas sobre a produção do espaço urbano	19
1.1. A dialética lefebvrea do espaço produzido	19
1.2. O espaço urbano produzido e os agentes produtores	23
1.2.1. <i>Os proprietários dos meios de produção</i>	27
1.2.2. <i>Os proprietários fundiários</i>	28
1.2.3. <i>Os promotores imobiliários</i>	29
1.2.4. <i>O Estado</i>	30
1.2.5. <i>Os grupos sociais excluídos</i>	31
1.3. Organização espacial e o processo de periferização: segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais	32
Capítulo 2: A produção do espaço urbano em Marabá-PA: formação territorial e estruturação dos núcleos urbanos	39
2.1. Formação territorial e consolidação da ocupação na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas: do burgo agrícola à consolidação das oligarquias	39
2.2. Reflexos espaciais da influência dos grandes projetos na Amazônia na dinâmica urbana em Marabá	47
2.3. Estruturação urbana e formação da periferia no núcleo Cidade Nova	51
Capítulo 3: Segregação e produção das desigualdades na periferia: os bairros Jardim União e Jardim Bela Vista	65
3.1. O Bairro Jardim do União	66
3.2. O Bairro Jardim Bela Vista	69
3.3. Breve síntese comparativa entre os dois bairros: semelhanças e contradições na produção das desigualdades	71
Considerações Finais	79

Referências Bibliográficas	82
Apêndice	87

INTRODUÇÃO

Ao longo dos vários anos de ocupação da Amazônia e seu histórico de exploração, sempre associado ao potencial econômico dos recursos naturais presentes na região, o espaço amazônico sofreu grandes transformações nos aspectos socioeconômicos e culturais que resultaram em uma reestruturação espacial, trazendo para o centro das discussões novas dinâmicas espaciais e sociais, sobretudo acerca do fenômeno urbano. A própria história de formação das cidades na Amazônia se diferencia por estar associada aos ciclos de expansão da ocupação, convergindo em um primeiro momento à dinâmica dos rios, na qual se evidenciava um modo de vida característico.

Conforme a ocupação adentrou a região, um novo modo de vida foi introduzido no espaço amazônico a partir de novas dinâmicas que resultaram em uma nova lógica de ocupação. A vasta literatura trata deste processo associando a lógica de ocupação e, por consequência, de urbanização do território, aos ciclos econômicos, que condicionaram a região à uma estrutura urbana singular. Esse processo se intensificou principalmente a partir da década de 1960 com a inserção de um modelo econômico de desenvolvimento baseado na lógica dos grandes projetos, responsável por uma subordinação do espaço amazônico ao interesse do capital.

Esse modelo de ocupação é definido segundo Porto-Gonçalves (2005) por um padrão de organização do espaço amazônico a partir de lógica definida como rio-várzea-floresta, que se manteve vigente até meados do século XX, sendo superada somente após a intervenção do Estado por meio da ação das superintendências de desenvolvimento regional, com a incorporação de um novo modelo econômico, alterando a dinâmica do espaço regional. Sobre este aspecto, modificou-se também a forma de ocupação do solo, antes apoiada nas atividades do extrativismo vegetal.

O modelo que veio a substituir o antigo padrão estava agora apoiado principalmente na consolidação das atividades de exploração dos recursos minerais e na produção de energia através dos projetos hidrominerais, como destaca Souza (2015), e marca a introdução do padrão de organização do espaço estabelecido como estrada-terra firme-subsolo (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Essa inserção do espaço amazônico à lógica do capital nacional e internacional provocou mudanças significativas em escala regional, mas ainda mais profundas e evidentes na escala local da vida nas cidades. O acelerado processo de urbanização pelo

qual passou a região amazônica, ainda que tardio, provocou intensas transformações e trouxe consigo novas dinâmicas, que dizem respeito ao incremento de um expressivo contingente populacional com a intensificações do fluxo migratório do campo para a cidade.

Dessa forma, estas transformações decorreram principalmente a partir da forte intervenção estatal durante o período do governo militar, com a abertura da região para o interesse do capital nacional e internacional por meio de agentes internos e externos à região, promovendo uma série de políticas governamentais das quais o incentivo à instalação de grandes projetos como o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Programa Grande Carajás (PGC) ganharam maior destaque e movimentaram um intenso fluxo migratório para a região, e juntamente com o garimpo de Serra Pelada foram responsáveis por alterar a dinâmica no Sudeste do Paraense.

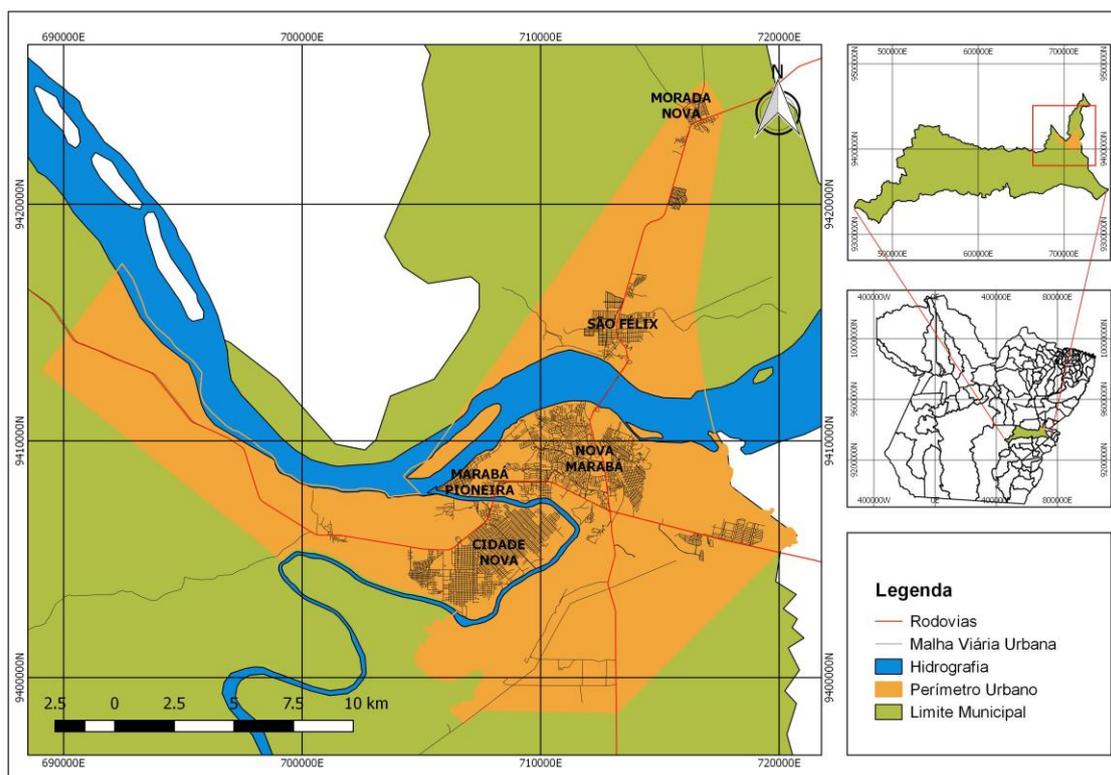
A influência desses projetos alterou a dinâmica socioespacial da região que já se diferenciava pela sua formação atrelada principalmente à expansão das atividades agropecuárias pelo norte de Goiás (atual Tocantins) e sul do Maranhão. É neste contexto no qual surge a cidade de Marabá, que rapidamente veio a se destacar como um importante centro para escoamento da produção, localizada na confluência de dois importantes rios para a região, o Itacaiúnas e o Tocantins.

A cidade, antes vista e compreendida na relação existente entre a cidade e o rio, a partir do estabelecimento do entreposto comercial na confluência do Itacaiúnas com o Tocantins, com destaque para o desenvolvimento dessa relação na ribeira às margens do rio (LIMA, 2013; 2016), teve sua dinâmica e estrutura alterada pela inserção de novas atividades ligadas aos ciclos econômicos pelo qual a cidade se desenvolveu e se modificou conforme as condicionantes históricas. Souza (2015, p. 1) ressalta que a cidade de Marabá passou por processos socioespaciais ocasionados por agentes diferenciados, fruto da própria condição da cidade apresentar-se como uma área de expansão e diversificação do capital.

Neste contexto de fragmentação espacial e transformação da dinâmica socioespacial urbana marabaense, a cidade consolidada se apresenta de forma polinucleada e descontínua (SOUZA, 2015), dividida em cinco núcleos urbanos distintos (Figura 01). Neste cenário, o núcleo Cidade Nova se destaca pela sua ocupação de forma espontânea, paralelamente ao período de implantação do núcleo Nova Marabá através da

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) na década de 1970. Sobre a ocupação das terras públicas no núcleo Cidade Nova, Emmi (1999) destaca a importância do domínio dos castanhais para o fortalecimento das oligarquias locais a partir do monopólio da terra, obtido a partir do arrendamento dos antigos castanhais e que garantiram sua hegemonia enquanto elites políticas e econômicas.

Figura 01 – Mapa de identificação dos núcleos urbanos em Marabá-PA.



Fonte: IBGE (2010); SEPLAN (2018). Elaborado pelo autor, 2018.

Com a consolidação dos núcleos urbanos, o aumento populacional registrado a partir de 1990 demonstrava uma população de 102.435 habitantes em 1991 e de 153.198 em 2004, um aumento de aproximadamente 49,5%, segundo os dados do Censo demográfico. O aumento do fluxo migratório registrado conjuntamente com o período da implantação e consolidação dos grandes empreendimentos na região, gerou uma grande demanda por moradia por parte da população que chegava à Marabá.

Nesta mesma conjuntura, registrou-se o surgimento de novos assentamentos e ocupações urbanas informais na periferia dos núcleos consolidados. Assim, em um contexto de expansão dos núcleos urbanos e ocupação das áreas periféricas, surge em meados da década de 1990 o bairro Jardim União e, em meados da década seguinte, o bairro Jardim Bela Vista, ambos situados na periferia do núcleo Cidade Nova

Para analisar e discutir as questões abordadas de forma e estabelecer um debate apoiado no referencial teórico, a pesquisa está pautada principalmente na discussão acerca da produção do espaço, segundo a concepção de Henri Lefebvre (2006), relacionando com os aspectos da produção capitalista do espaço (HARVEY, 2012), na qual temos uma aproximação teórica acerca da produção do espaço urbano na cidade, buscando compreender a lógica capitalista de (re)produção desses espaços, utilizando como método de interpretação o materialismo histórico-dialético

Com isso, a partir do contexto no qual se estabeleceu a ocupação das áreas periféricas no núcleo Cidade Nova através da formação de assentamentos urbanos informais, a problemática da pesquisa surge da inquietação acerca da questão pertinente à produção do espaço urbano e nos instiga a questionar e investigar a lógica de produção do espaço na cidade capitalista e estabelece assim a questão central da pesquisa, na qual buscamos identificar e compreender quais os agentes e processos responsáveis por modificar a dinâmica socioespacial urbana e de que forma estes contribuíram para consolidação das ocupações urbanas na periferia do núcleo Cidade Nova em Marabá-PA, que deram origem aos bairros Jardim União e Jardim Bela vista.

Para responder a problemática central, estabelecemos três questões específicas a serem respondidas ao longo deste trabalho e que contribuem com o debate sobre a temática abordada: Quais processos da dinâmica intraurbana que motivaram a ocupação das áreas periféricas do núcleo Cidade Nova no final da década de 1990 e início dos anos 2000? Quais são os agentes que se articulam na produção do espaço urbano da cidade e de que maneira suas ações contribuíram para a formação dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista? Qual a relação que se estabelece entre a cidade, o mercado de terras e o movimento de expansão urbana no sentido dessas áreas a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000?

Considerando o contexto no qual se insere a problemática abordada, a hipótese que se constrói nesse emaranhado de agentes e processos é de que a produção do espaço urbano em Marabá, no período de surgimento das ocupações urbanas entre 1990 e 2005, está associada à lógica mercadológica do capital, a partir da transformação de áreas rurais em urbanas, utilizando-se do mecanismo político de alteração do perímetro urbano definido em lei, provocando assim uma expansão que conseqüentemente resultou em um processo de especulação, reproduzido pelos agentes que atuavam no mercado de terras,

aproveitando-se do momento oportuno com a intensificação dos fluxos migratórios direcionados para a cidade e da grande demanda por moradia.

A lógica de ocupação destas áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura atende a uma lógica da necessidade por habitação, levando com que as populações menos abastadas procurem nestas localidades a base da sua reprodução social. Este processo estabeleceu dessa maneira as bases para a ocupação das áreas periféricas no núcleo Cidade Nova através da ação os proprietários de terras, que articulados com o poder público municipal promoveram a venda de lotes de terra a preços mais baratos do que se encontrava em outros núcleos da cidade.

Em contraposição a esta lógica mercadológica, há que se destacar o papel das ocupações informais que surgiam a partir da ocupação de terras públicas e privadas, que se consolidaram no cenário urbano a partir do conflito de interesses de diferentes agentes envolvidos na produção destes espaços, que reproduzem e expressam nas suas formas que marcam a paisagem o resultado destes processos, em geral, excludentes e que aumentam o processo de segregação.

Dessa maneira, estabelecida a problemática da pesquisa e as demais questões específicas a serem respondidas, o objetivo geral no qual este trabalho se propõe é realizar uma análise dos agentes, processos e da dinâmica na produção do espaço urbano que contribuíram para a expansão da periferia e formação dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista, ambos no núcleo Cidade Nova em Marabá-PA.

Para isso, estabelecemos três objetivos específicos tendo em vista auxiliar a atingir o objetivo principal da pesquisa. Dessa forma, para além do objetivo principal, este trabalho se propõe: a) analisar os processos intraurbanos que motivaram a ocupação das áreas periféricas do núcleo Cidade Nova a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000; b) Identificar os principais agentes produtores do espaço urbano local e discutir a forma com a qual atuaram na produção do espaço urbano e na formação dos bairros Jardim União e Bela Vista em Marabá-PA; c) Analisar a influência que a expansão do perímetro urbano da cidade de Marabá teve na ocupação efetiva das áreas periféricas e na formação de novos bairros no núcleo Cidade Nova. Com isso, espera-se atingir o objetivo geral proposto a partir da discussão central que norteia as questões discutidas neste trabalho.

Para a realização da pesquisa, a metodologia utilizada para a análise da temática estabelece inicialmente um levantamento bibliográfico e uma posterior revisão dos principais conceitos e teorias trabalhadas por autores que versam sobre a produção do espaço e as questões urbanas. A análise documental se faz necessária na revisão de documentos oficiais do município de Marabá como o Plano Diretor Participativo e os relatórios de revisão propostos, bem como os planos de ação resultantes.

Após estabelecidas as etapas iniciais, a realização de um trabalho de campo se faz necessária para a comprovação dos aspectos abordados neste trabalho, através da aplicação de questionários, afim de identificar a forma como estes agentes se reproduzem socialmente no espaço. O quantitativo referente ao número de questionários aplicados, considera apenas a aplicação de um total representativo de 300 questionários, tendo sido aplicados 100 questionários no bairro Jardim União e 200 questionários no bairro Jardim Bela Vista, visto que a população deste último é mais expressiva.

Por último, a produção cartográfica e espacialização dos processos estudados a partir dos dados coletados, primários e secundários levantados a partir da base do Censo Demográfico e de informações obtidas junto às Secretaria Municipal de Planejamento e Controle (SEPLAN) e a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU), dados esses que auxiliaram na espacialização dos processos e na compreensão das dinâmicas que envolvem o espaço urbano.

CAPÍTULO 1: CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1. A dialética lefebvrea do espaço produzido

O pensamento geográfico por várias décadas buscou trazer em suas discussões como foco central as questões relacionadas à espacialidade dos fenômenos naturais e sociais, produzindo algumas dicotomias clássicas, paradigmas que se estabeleceram em determinado contexto histórico como os de sociedade e natureza, urbano e rural, cidade e campo, geografia física e humana, que vistas sob o prisma da modernidade foram superadas, estabelecendo-se dentro de uma relação dialética contemporânea para se entender como debates já superados.

Porém, a questão espacial por muito tempo negligenciou a própria noção de espaço enquanto conceito fundamental para se debater como objeto de estudo da geografia. O espaço, como componente essencial da análise geográfica, evoca uma compreensão filosófica acerca da sua materialidade e ao mesmo tempo, da sua dimensão abstrata para se pensar sua forma.

Pensar as concepções teóricas que remetem a uma conceituação sobre o espaço, permite olhar para o conceito e traçar uma perspectiva acerca dos aspectos que o definem dentro de uma perspectiva histórica de sua produção, para posteriormente pensar os aspectos de reprodução, e conseqüentemente, da dialética espacial que se materializa e se observa nas demais relações e fenômenos espaciais.

Sobre esta conceituação teórica acerca da concepção de espaço, as contribuições de Lefebvre se tornam norteadoras para o desenvolvimento desse debate. Lefebvre (2006) destaca a importância das relações sociais na produção do espaço. Para o autor, o espaço é socialmente produzido através das relações cotidianas que se constituem através de um caráter histórico, mas também contemporâneo de produção e reprodução das suas relações. Essa relação pode ser melhor entendida a partir da sua compreensão acerca do conceito de produção, que está diretamente relacionado à produção do espaço, mas que assume duas características, que apesar de distintas, se complementam.

Ao abordar a discussão conceitual sobre a concepção de produção a qual melhor se ajusta na teoria sobre o espaço, Lefebvre (2006) aponta para dois aspectos, os quais devem ser entendidos a partir de uma perspectiva mais ampla da produção, contendo uma

historicidade, como já mencionado anteriormente, ao qual se relacionam a toda produção de uma sociedade que a caracteriza como tal, como a cultura e tudo o que faz de uma sociedade uma civilização; a outra perspectiva, de caráter mais restrito da produção, se refere, segundo o autor, à própria produção material das coisas. Considerando essa concepção, Souza (2015) aponta para uma dessas construções que carrega no escopo de sua constituição esses dois aspectos, amplo e restrito: a cidade, compreendida aqui como a própria manifestação da produção entendida através de sua historicidade e de sua produção material que deixa marcas no espaço.

O autor discute a questão espacial a partir da perspectiva lefebvrea, analisando o espaço em uma tríade que se constitui a partir das relações socioespaciais, onde caracteriza-o como não apenas como produto destas relações, mas pela forma como apresenta-se, enquanto meio, condição e produto da reprodução social (SOUZA, 2015).

Dessa forma, embasado na própria definição de Lefebvre acerca desta relação, o autor destaca essa característica múltipla que o espaço assume e traz ainda para o debate um caráter de temporalidade, onde aponta que, a produção espacial está diretamente relacionada com o contexto de determinado momento histórico,

Onde o espaço produzido será afetado pela conjuntura momentânea na qual se estabelecem as forças produtivas [...] *A produção do espaço urbano irá refletir estas condições, os arranjos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma determinada realidade espacial* (SOUZA, 2015, p. 15, destaque nosso).

Esta ideia é corroborada pelas palavras do próprio Lefebvre, que destaca esta característica do espaço enquanto produto, resultado de forças motoras produtivas, e meio para a própria produção.

Embora um produto a ser usado, para ser consumido, ele é também um meio de produção; redes de trocas e fluxos de matérias-primas e energias são determinadas por ele. Assim, estes meios de produção, produzidos como tal, não podem ser separados, a partir das forças produtivas, incluindo tecnologia e conhecimento, ou a partir da divisão social do trabalho que o molda, ou do estado e as superestruturas da sociedade (LEFEBVRE, 1991, p. 85 *apud* SOUZA, 2015, p. 14, traduzido pelo autor).

A partir destas considerações, é possível evidenciar a atualidade dos debates acerca da produção do espaço, que num contexto contemporâneo, está cada vez mais atrelado aos modos de produção e, neste caso, ao modo capitalista de produção, tornando-se essencial uma análise de suas características, conforme já destacado por Lefebvre (2006; 1991), e também por Harvey (2005), este último, por sua vez, analisando os escritos de Marx acerca do modo capitalista de produção e reprodução espacial por meio

da acumulação, a qual considera como motor que impulsiona o desenvolvimento das relações capitalistas, traz uma contribuição significativa para as questões acerca da produção capitalista do espaço, tal como sua obra homônima.

O processo de acumulação é essencial para se entender a expansão do próprio capital, de forma a produzir novos espaços (para a acumulação) e da reprodução do modo capitalista de produção. Harvey (2005) explica este processo e esclarece a questão acerca de sua importância e do seu caráter estruturador para esse sistema:

“[...] o desenvolvimento da produção capitalista **torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital** despendido num determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis iminentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; **no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva** (MARX, 1967, p. 592 *apud* HARVEY, 2005, p. 42, grifo nosso).

Esta ideia corrobora com a própria lógica da produção lefebvrea que remete à problematização inicial da questão filosófica acerca do espaço, que nesta visão, além de meio para a produção, é também resultado desta, produto desta relação dialética simultânea. Desta mesma razão decorre a necessidade de se considerar o tempo e o espaço social, conforme a teoria de Lefebvre, na transformação dos valores e do significado ideológico e filosófico da própria noção de espaço, que assumidamente torna-se, enquanto produto destas relações já explicitadas, passível de ser inserido no circuito mercadológico, alterando-se seu valor de uso, sobrepondo-o pelo seu valor de troca.

Com isso, Lefebvre (2006) explica essa tentativa epistemológica de trazer para o debate da ciência geográfica uma concepção de espaço que considerasse essa nova visão a partir do modo de produção vigente, um esforço metodológico para se atualizar o conceito de espaço.

De onde o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos na “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de “cultura”, mas como *produtos*. O que acarretava uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da *segunda natureza*, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias (LEFEBVRE, 2006, p. 4).

Esta mesma análise acerca da necessidade de se repensar o conceito de espaço aponta para sua relação com outro conceito, o de produção. Neste sentido, a própria

análise espacial das relações de produção considera o espaço como um elemento-chave, não mais vazio, passivo de ser apenas palco das relações, mas, ele em si, produz estas relações, assumindo características dissonantes e ao mesmo tempo complementares, onde o espaço é considerado como efeito, causa e razão, simultaneamente, transformando-se ao mesmo tempo com o modo de produção, “ele muda com as “sociedades” (LEFEBVRE, *ibidem*, p. 6).

Seguindo estas concepções acerca da produção do espaço e das relações pertinentes à sua dinâmica, a partir das discussões consolidadas e brevemente abordadas neste capítulo, torna-se necessário um aprofundamento teórico acerca das questões referentes às formas de produção e apropriação do espaço urbano.

Dessa forma é possível compreender a atual conjuntura do espaço urbano como um conjunto de relações construídas em diferentes momentos históricos, que marcaram as transformações no espaço e imprimiram seus signos no tecido espacial, no qual hoje se torna evidente a influência da produção de um tempo passado na configuração do espaço urbano atual. Sposito (2004) aborda esta questão tratando da cidade como materialização do processo de urbanização ao longo do seu processo histórico. Sua concretude está expressa através de uma realidade tangível vivida na cidade que supera sua temporalidade, apesar de guardar suas marcas. Dessa forma, a cidade é o resultado da relação dialética entre produção e reprodução, materializando-se enquanto produto histórico e ao mesmo tempo realidade presente (CARVALHO, 2016).

A percepção do espaço urbano e da materialização das relações de produção e reprodução na cidade parte de sua compreensão enquanto produto, condição e meio para a reprodução social. Todavia, essa produção não ocorre de forma aleatória; toda e qualquer transformação se manifesta espacialmente e está embasada nos objetivos dos agentes transformadores. É pensando nessa perspectiva a partir da cidade e dos agentes produtores e transformadores do espaço que está fundamentada a afirmação de Carvalho (2016) ao discutir essa questão apoiado na concepção de Carlos (2011a), que aponta a condição de realização da reprodução social no cotidiano das relações intrínsecas ao espaço urbano. Para o autor,

A cidade, enquanto representação do espaço e produto do trabalho social, se efetiva como condição geral da produção, pois é o *locus* da própria produção e da circulação desta (e tudo mais que está imbricado nesse processo como os mercados que giram em torno da produção e as atividades que dão apoio a ela).

Também é (sob o prisma do morador, principalmente) meio para esta reprodução, pois, é onde concentra a habitação e todos os fatores e implicações referentes ao habitar na sociedade atual [...] (CARVALHO, 2016, p. 22).

Dessa forma, as práticas socioespaciais se modificaram ao longo do processo de urbanização. No Brasil, este processo implicou na ocorrência e surgimento de novos modos de vida, decorrente da adequação ao novo modo de produção que se estabelecia. A inserção de novas práticas socioespaciais no cenário urbano que se consolidava coincidiu com o movimento de transformação das relações políticas e econômicas, principalmente e de forma mais acelerada a partir do século XX.

Com isso, cabe destacar o papel exercido pelos principais agentes produtores do espaço, os quais estão diretamente ligados às práticas socioespaciais que se fizeram vigentes ao longo do processo de formação histórica e consolidação do espaço urbano, afim de compreender a relação destes agentes com o espaço urbano produzido e identificar suas diferentes práticas e lógica de produção e reprodução na cidade.

1.2. O espaço urbano produzido e os agentes produtores

Para uma análise mais coerente e fundamentada na discussão teórica das relações de organização do espaço e produção do espaço, buscamos revisar o debate conceitual acerca da relação entre a cidade e o espaço urbano, destacando suas concepções epistemológicas que o definem como tal, em uma tentativa de esboçar um caminho metodológico para a compreensão do fenômeno urbano. Cabe destacar que tomamos como ponto inicial a urbanização como consequência do processo de industrialização, que se desenvolve a partir do modelo capitalista de produção.

Carlos (1997) aborda essa questão destacando a importância do processo de industrialização na estruturação do espaço urbano e, por consequência, na decorrente organização do espaço intraurbano. De modo que o processo de industrialização modifica as relações com o espaço e o re-significa de acordo com a lógica de produção vigente, a industrialização, “ao provocar uma profunda alteração na divisão social do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem” (CARLOS, 1997, p. 35).

A cidade, através das relações articuladas em uma rede urbana organiza e hierarquiza seu espaço a partir da aglomeração da população, dos meios de produção e do capital e os multiplica conforme se dá a reprodução do próprio espaço. A cidade, palco da reprodução, mas que também se revela como produto desta, sendo condição material

para sua realização, reproduz a lógica do capital e se encontra cada vez mais inserida no idealismo mercadológico e justapõe a lógica do habitar pelo cidadão. A autora acima, destaca ainda que neste sentido, “a cidade que hoje se constrói parece cada vez mais distante dos anseios do homem. É a chamada selva de pedra” (CARLOS, *ibidem*, p. 42).

Para ela, a produção do espaço envolve uma questão muito mais complexa do que a simples associação que se possa fazer na relação com o modo de produção, mas revela estratégias de (re)produção dos agentes. Mais do que isso, ao passo em que a produção capitalista se desenvolve, ela engendra no espaço a sua lógica. A cidade, *locus* dessa produção e do fenômeno urbano, cresce nesse mesmo sentido subordinada a esta lógica que, para além do espaço, produz também comportamentos humanos (CARLOS, *idem*).

O processo de urbanização, na sua própria delimitação, adquire um amplo arcabouço que o distingue dos demais processos de organização espacial por agregar ao sistema material de produção das coisas, um sistema de valores culturais. Sobre este sistema, Castells (2011) afirma que é a sua difusão através da disseminação de valores culturais e comportamentais, o qual denomina de *cultura urbana*, que torna a natureza do processo de urbanização um fenômeno tão singular, apresentando por vezes uma distinção essencial na análise metodológica, no qual algumas definições se referem, de um lado, ao aspecto da concentração espacial de uma população, considerando os dados de sua densidade no território ocupado. Em contraponto a esta visão, encontra-se a visão defendida pelo próprio autor, que articula o conceito a um conjunto de relações que expressam os valores de uma sociedade e reproduz uma lógica de organização espacial a partir dos valores culturais difundidos.

No centro da relação entre urbanização e industrialização, a cidade reside como materialização deste processo na sua forma empírica, sofrendo com as transformações engendradas pelos agentes que estão diretamente relacionados com esta lógica de produção espacial. Ainda de acordo com o autor, esta relação se expressa na lógica da interdependência dos mecanismos de produção da cidade e da indústria, uma vez que

As cidades atraem a indústria devido a estes dois fatores essenciais (mão-de-obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e suscita serviços. Mas o processo inverso também é importante: onde há elementos funcionais, em particular matérias-primas e meios de transporte, a indústria coloniza e provoca a urbanização (CASTELLS, 2011, p. 45).

Sobre este aspecto, o claro papel determinante exercido pela indústria na configuração espacial na qual se desenvolvem as relações dela precedente, nada mais expressa a lógica de produção do espaço pelo ideal capitalista, no qual a industrialização se encontra na base da evolução (CASTELLS, *ibidem*, p. 45-46).

É justamente nessa perspectiva, que o espaço da cidade, fragmentado pelos diferentes usos e sentidos, se articula e se organiza (CORRÊA, 1995). De fato, as diferentes formas de produzir e consumir a cidade revela-se em múltiplas dimensões pelas atividades que nela se desenvolvem e pelos usos distintos, caracterizando um fluxo constante, de pessoas e de relações e de diferentes tempos acumulados em um processo de constante transformação do espaço.

Para o mesmo autor supracitado, a ideia de um espaço urbano fragmentado e articulado reside na simultaneidade das relações que nele se inserem e se desenvolvem. Assim, as relações espaciais são, antes de tudo, de natureza social (CORRÊA, 1995, p. 8), considerando o espaço urbano também enquanto reflexo da sociedade, tanto das ações realizadas no presente, quanto daquelas que outrora imprimiram suas marcas na forma urbana atual, assumindo ainda uma característica simbólica e complexa.

Essa complexidade da forma urbana pode ser identificada na sua natureza desigual e contraditória. Neste sentido, a afirmação de Castells (2011) de que não existe uma “*desordem urbana*”, mas sim uma reprodução da lógica de organização espacial exercida pelos interesses dos diferentes agentes, revelando os conflitos existentes na cidade capitalista. A problemática referente às novas formas urbanas refere-se, neste sentido, às práticas socioespaciais e ao conteúdo sobre o qual revela a face da cidade e da lógica de atuação dos agentes envolvidos com a produção do espaço.

No espaço intraurbano, a produção está relacionada às estratégias de reprodução dos agentes a partir dos diferentes interesses e objetivos e na demanda pelo uso da terra urbana que irá decorrer, desta maneira, nas formas de apropriação do espaço. Nessa perspectiva, Corrêa (2011) aponta que o uso e a apropriação da terra urbana transformam-se não só em meios de reprodução do capital, mas configuram-se também em interesses a partir da lógica da habitação. Para o autor, esse interesse é generalizado tanto para agentes sociais que disponham ou não de capital, refletindo em uma organização mais ou menos conflituosa, de acordo com o enfrentamento de interesses.

Desta maneira, temos que o espaço urbano pode ser compreendido conforme a análise de Corrêa (1995), tratando de forma sucinta sua complexidade a partir da correlação entre os espaços produzidos e concebidos de maneira fragmentada e articulada, que se configuram enquanto reflexo social e ao mesmo tempo condicionante deste processo. Não se trata de um espaço neutro, ao contrário, está carregado de interesses na sua estrutura sob a qual se desenvolve e é produzido, estabelecendo-se ainda enquanto espaço de conflitos, visto que a organização espacial das formas socialmente produzidas se baseia, dentre outros fatores no conflito de interesses e na luta de classes¹. Toda esta complexidade se apresenta enquanto um encadeamento de concepções sobre o conceito de espaço urbano, o qual imprime sua materialidade sob o signo da modernidade e de uma concepção amplamente difundida sobre *desenvolvimento*.

Da mesma maneira, Sposito (1988) aborda a questão da urbanização enquanto processo, tratando da questão da materialidade das formas urbanas como reflexo das ações exercidas pelos agentes específicos. Concordando com a teoria proposta inicialmente por Lefebvre acerca do espaço socialmente produzido, a autora aponta para a compreensão do espaço também na sua dimensão histórica, de tal forma que, a cidade, se constitui no resultado cumulativo das transformações no espaço ocorridas através dos tempos. Em sua obra, a autora analisa a questão da urbanização sob a óptica da produção capitalista, no âmbito do modelo de reprodução acelerada do capital amplamente difundida na sociedade moderna.

Essa urbanização resultante do processo de acumulação primitiva, decorre em uma série de problemas relacionados diretamente à vida cotidiana nas cidades. É nesta dimensão da realidade que se pensa a atuação dos agentes produtores do espaço, observando sua lógica de reprodução social no espaço urbano. Neste âmbito, a análise de Corrêa (1995) elucida esta perspectiva, conforme os principais agentes que produzem e transformam o espaço. Estes agentes possuem práticas espaciais distintas, porém não atuam de forma aleatória e desarticulada no espaço. Ainda de acordo com o mesmo autor, a ação destes agentes induz a uma constante reorganização do espaço, fato que implica

¹ Sobre esta questão, Godoy (2008) aponta que a origem da problemática do conflito de classes reside na relação contraditória entre capital e trabalho, tendo o princípio da propriedade privada como um dos fatores que movem esta contradição. Este mesmo autor, ao analisar os escritos de Lefebvre, traz uma contribuição importante para o debate ao elucidar os principais aspectos acerca da compreensão do espaço como estrutura social, o qual aponta quatro aspectos principais: o design espacial, a práxis, o consumo e a luta de classes (GODOY, 2008, p. 128).

que são estes os responsáveis pela materialização dos processos até aqui discutidos referentes à organização espacial dos processos sociais.

Desta feita, destacamos aqui os cinco principais agentes produtores do espaço urbano, elencados por Corrêa (1995) os quais constituem: *os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos*. Trataremos de analisar a atuação de cada um destes agentes de forma sucinta, afim de destacar um desencadeamento de suas ações e articulações. No entanto, abordaremos com maior destaque a análise acerca da atuação dos proprietários fundiários e dos grupos sociais excluídos, pois consideramos que o exame mais aprofundado sobre a relação e as contradições inerentes a estes agentes como essencial para a discussão do tema desta pesquisa.

1.2.1. Os proprietários dos meios de produção

A atuação destes agentes configura-se de forma estruturadora dentro da lógica de produção do espaço urbano. São estes os grandes proprietários ligados às indústrias e empresas comerciais, os quais desenvolvem atividades que necessariamente consomem grandes porções de espaço e demandam terrenos amplos e baratos. Sua lógica de atuação está diretamente relacionada com o uso da terra urbana, sendo primordial o entendimento da estreita correlação com outro agente produtor do espaço, os proprietários fundiários.

Corrêa (1995) e Carvalho (2016) destacam ainda que esta relação se estabelece, por vezes, de forma conflituosa. Este desacordo ocorre através dos mecanismos de controle e uso da terra urbana, que incide nas escolhas locacionais para o desenvolvimento das atividades ligadas à produção e ao comércio, o que influencia direta ou indiretamente nos demais usos diferenciados do espaço urbano através de uma força de atração que concentra ou dispersa as infraestruturas, serviços, habitação e necessariamente, a mão-de-obra.

No entanto, as contradições aqui colocadas não são absolutas e, em alguns casos, são superadas por alianças estabelecidas ou mesmo por uma série de fatores transformaram a forma de atuação destes agentes com o desenvolvimento das relações capitalistas, os quais, Corrêa (1995), destaca principalmente os fatos de que esta relação entre estes dois agentes constitui uma nova dinâmica, baseada principalmente na relação entre capital, trabalho e propriedade da terra.

1.2.2. *Os proprietários fundiários*

Os proprietários fundiários, por sua vez, atuam através do controle da propriedade da terra, com interesse voltado principalmente em obter a renda da terra. Neste sentido, o uso final em si não importa desde que represente um retorno na renda fundiária e que atributo de *status* em relação a outras frações do espaço. Desta maneira, a natureza da relação entre este agente e a produção do espaço se revela em uma dimensão mais profunda acerca da reprodução da lógica capitalista de produção, no qual envolve a correlação anteriormente destacada entre *valor de uso* e *valor de troca*, sendo este último, de maior interesse para os proprietários fundiários. Para que isso ocorra, atuam de forma a converter a terra rural em terra urbana através dos mecanismos jurídicos estabelecidos em articulação com os demais agentes interessados nesta inter-relação, sobretudo na aliança com o Estado.

Nas periferias urbanas, a propriedade fundiária constitui o interesse devido a necessidade de expansão urbana criada pela própria lógica de reprodução do capital e consequência da produção do espaço urbano, com o desenvolvimento das estruturas sociais. A valorização fundiária, no entanto, depende dos atributos locacionais e específicos da propriedade, associados aos aspectos mencionados anteriormente, difundidos espacialmente pelo maior ou menor poder de atração dos espaços onde estão localizados os meios de produção.

A demanda por novas terras a serem inseridas no espaço urbano está relacionada ao interesse de outros agentes, sejam eles os próprios proprietários fundiários (com vista em obter a valorização da terra por meio da especulação ou da própria localização privilegiada), ou por interesse dos proprietários dos meios de produção. Todavia, a disponibilidade de terras para expansão depende, no entanto, da possibilidade de investimento do capital em operações imobiliárias (CORRÊA, 1995). Há ainda, a pressão exercida por outro agente, o qual configura-se como os grupos sociais excluídos, que pela sua demanda por habitação, a qual se insere na lógica inversa do qual a reprodução do capital representa, não sendo assim, pela lógica da cidade como mercadoria, onde o valor de troca está acima do valor de uso, mas através da lógica da necessidade de reprodução social.

Há que se destacar que acerca da formação das periferias urbanas, entendidas como um espaço socialmente produzido a partir de uma concepção idealizada dos sujeitos

que vivem nessas áreas, a produção do espaço urbano mantém uma relação de interdependência com o desenvolvimento das estruturas agrárias para o direcionamento da expansão do tecido urbano, integrando as terras até então rurais ao espaço urbano delimitado. Desta maneira, as formas de ocupação urbana nas periferias podem ocorrer tanto de maneira irregular, assumindo características do que Corrêa (1995) destaca como urbanização popular, ou por outro lado, se desenvolver como áreas residenciais de *status*, as quais irão atrair e ser o centro de investimentos de empreendimentos imobiliários de alto padrão. Neste caso, o termo “periferia” apesar de manter o seu sentido lógico, perde seu significado no cotidiano, visto que o termo assume um sentido pejorativo pela forma como diferentes espaços são percebidos socialmente.

1.2.3. Os promotores imobiliários

Este grupo de agentes compreende a atuação através da realização das operações imobiliárias, sejam elas de incorporação, financiamento, estudo técnico de viabilidade, construção e, por fim, de comercialização ou transformação do capital investido em dinheiro. Ao analisar a forma de atuação destes agentes, verifica-se a tendência de difusão de uma valorização fundiária ou ainda da especulação, que modificam a ditam sob regra a forma de ocupação urbana por uma determinada classe social baseada no poder aquisitivo e poder de compra ou investimento em determinado imóvel ou terreno. Há ainda que se destacar que estes agentes em muitos casos sofre uma ‘mutação’, onde estas operações podem ser exercidas por diferentes agentes especializados em apenas parte do processo, ou serem realizadas por um único agente que diversifica sua atuação.

A rigor, o interesse na promoção da construção de residências populares não coincide com a atuação dos promotores imobiliários, salvo em casos específicos, onde essa atuação está alicerçada pelo Estado, a exemplo do que ocorre com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)², De modo geral, a atuação dos promotores imobiliários tende a valorizar diferentemente o espaço, criando-se assim as áreas nobres, de interesse destes agentes. Contudo, através deste mesmo processo, outras áreas, aquelas que não

² Souza (2015) traz algumas reflexões importantes a partir do debate sobre a produção do espaço urbano, com foco na produção territorial da cidade, no qual a reprodução ampliada do capital (por interesse de diferentes agentes, mas consolidada na atuação do mercado imobiliário) condiciona a uma sobreposição do valor de troca ao valor de uso, consumando a produção da cidade-mercadoria. Para o autor, o Programa Minha Casa Minha Vida é exemplo claro da aliança entre Estado e promotores imobiliários e, de forma geral, colaborou muito mais para a reprodução da lógica da produção do espaço urbano enquanto mercadoria e não resolveu de fato o déficit habitacional brasileiro, contribuindo dessa forma para o aumento das desigualdades socioespaciais.

interessam ao mercado imobiliário, são desvalorizadas, estando assim à margem nas periferias urbanas e são ocupadas nos moldes da urbanização popular por parte da população mais pobre, segregada espacialmente e socialmente marginalizada dentro do processo de produção diferenciada do espaço urbano (SOUZA, 2015).

1.2.4. O Estado

Para Corrêa (1995), a atuação do Estado na organização espacial da cidade ocorre de forma complexa e variável, conforme o tempo e a sociedade na qual se insere. Há que se considerar, no entanto, que a atuação do Estado se insere na dinâmica que transita de forma diferenciada e o configura como estruturador dos processos de reprodução do capital, atuando dentro desta lógica, segundo Corrêa (1995) como grande industrial, consumidor do espaço, proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de atuar na regulação de uso e ocupação do solo urbano.

Ainda sobre a atuação do Estado como agente produtor do espaço, Harvey (2005) analisa os escritos de Marx sobre o Estado, utilizando sua concepção geral para considerá-lo como uma forma independente, um poder “alienígena”, que surge da sociedade, mas que se coloca como um poder acima dela, moderando os conflitos de interesses das diferentes classes. Para o autor, essa materialidade do poder do Estado atua através da dialética entre o interesse do indivíduo e o da sociedade, que cria uma contradição que se manifesta nas disputas pela hegemonia do poder entre classes.

Harvey sustenta essa ideia apoiado na contribuição de Engels (1941), que analisa e resume essa concepção a partir da sua visão sobre o Estado:

Assim, o Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; [...]. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1941, p. 155 *apud* HARVEY, 2005, p. 77-78).

Com isso, a partir da disputa pela hegemonia do poder que se materializa no Estado e que se reproduz nos discursos que se promovem como ideais comuns da sociedade, mas que de fato, representam a classe dominante que detém o poder em

determinado momento, o Estado reproduz e sustenta a lógica de produção vigente, que não por acaso é determinada pela classe dominante.

Desse modo, a análise feita por Harvey sobre o papel do Estado na produção do espaço pode ser compreendida na relação que este mantém dentro do modo capitalista de produção, no qual, o Estado, se configura como o agente estruturador e que dá organização ao capital, capital este que produz mercadorias e necessidades e, por consequência, desigualdades nas formas espaciais de materialização dessa relação.

1.2.5. Os grupos sociais excluídos

Acerca deste grupo de agentes compreende a parcela da população a qual está excluída das possibilidades de acesso aos bens, serviços e infraestrutura urbana. Esta parte da população não se encontra em condições de garantir habitação própria ou não pode pagar aluguel em outras áreas da cidade, estando assim, condicionada a ocupar as áreas mais afastadas do centro, habitando os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, ou ainda aquelas áreas que não se mostram interessantes ao capital imobiliário estando desvalorizadas e, por consequência, apresentam um menor valor do terreno e em vias de regra estão localizadas nas periferias urbanas, ou ainda, como possibilidade de habitação resta-lhes as favelas. Estas são as soluções habitacionais que se mostram para esta população e que coopera para o seu deslocamento direcionado para as áreas periféricas da cidade, contribuindo ainda para a manutenção da tendência à segregação (HORA, 1998, p. 33).

É justamente na ocupação das favelas, dos terrenos públicos ou privados invadidos que este grupo se caracteriza como agente no processo de produção do espaço e se reproduz espacialmente, por vezes de forma independente. Com isso, sua reprodução social ocorre pela lógica da necessidade e com isso, em muitos casos, concretiza suas ações como forma de resistência e sobrevivência através da apropriação de terrenos muitas vezes inadequados à habitação.

De modo geral, a compreensão da atuação destes agentes, seja ela de forma coordenada forçando alianças, ou de forma independente e individual, nos leva a pensar sobre o entendimento da cidade produzido como mercadoria, tendo a comercialização da cidade e a reprodução do capital como principais fatores que influenciam a transformação do espaço urbano e alteram a dinâmica das relações socioespaciais. A cidade produzida

nessa lógica capitalista, ao mesmo passo em que produz espaço e reproduz as desigualdades inerentes ao sistema hegemônico e predominante,

Botelho (2007 *apud* SOUZA 2015) também contribui para essa discussão ao destacar que essas novas áreas precárias de infraestruturas ou distantes do centro urbano são em geral mais baratas e por isso possibilita a compra do imóvel ou do terreno. Segundo o autor, essa articulação para expandir a área urbana da cidade é uma das principais estratégias para se enfrentar os altos preços das áreas consideradas ‘nobres’, criando-se “novas necessidades que se materializam em uma diferenciação do espaço urbano” (BOTELHO, 2007 *apud* SOUZA, 2015, p. 24).

1.3. Organização espacial e o processo de periferização: segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais

A partir da reflexão acerca da produção do espaço e das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, a cidade, que se constitui enquanto materialização empírica desta lógica baseada na acumulação do capital, apresenta-se espacialmente diversa nas suas formas urbanas e socialmente desigual nos usos e apropriações das frações do espaço. Desta forma, a organização espacial é produto e condicionante das relações socioespaciais, estabelecida através das ações e transformações promovidas pelos agentes produtores e com isso reproduz a própria desigualdade, acentuada nas periferias urbanas mais pobres e em condições de segregação.

Através da ocupação dessas periferias pelas camadas populares da população, as diferenças funcionais da estrutura urbana coincidem com a lógica de produção do espaço pelo capital, levando à uma morfologia socioespacial dispersa e fragmentada, além da tendência à segregação das camadas mais populares. Este processo de diferenciação espacial das camadas sociais nos leva a refletir sobre como a cidade capitalista reproduz as desigualdades. Neste contexto, pensar a produção espacial de áreas periféricas no espaço urbano nos direciona inicialmente a pensar o processo de segregação como um dos fatores que direciona o movimento de ocupação de áreas menos valorizadas pelo setor imobiliário e, em geral, as quais o próprio Estado não atende efetivamente suas demandas por estrutura urbana e serviços.

Corrêa (1995) aponta que o processo de segregação está relacionado primeiramente à existência e a reprodução dos grupos sociais, ou seja, da existência de

uma divisão social de classes, que produz espaços diferenciados, os quais podem ser identificados pelas formas urbanas ou por seus conteúdos. Costa (2013) esclarece esta questão e traz grande contribuição ao colocar o debate sobre o pensamento acerca da segregação aproximado à realidade das cidades poli-nucleadas³ ou multi-centralizadas e fragmentadas, as quais o autor sugere que a regulação dos mercados, os gastos públicos e a separação do espaço de trabalho entre ricos e pobres sejam as principais razões que explicam sua ocorrência. Para o autor,

Quando a segregação ocorre em relação ao nível e à localização das residências, define uma divisão social do espaço, marcada pela uniformidade que origina áreas sociais. Em outras palavras, as diferenças sociais se expressam materialmente no espaço urbano através do surgimento da diferenciação entre áreas geográficas cujas características físicas e culturais são uniformizadas (COSTA, 2013, p. 38).

Esta afirmação vai de encontro com o pensamento de Corrêa (1995) ao estabelecer uma relação entre a diferenciação espacial através das formas urbanas, que induzem à segregação socioespacial, e a estrutura urbana precária destas áreas, que nos leva novamente à reflexão estabelecida inicialmente por Lefebvre (1974) e aqui debatida por Corrêa (1995) sobre a produção do espaço e a compreensão de que as formas urbanas, nesse sentido, são reflexo e, ao mesmo tempo, condicionante social (CORRÊA, 1995).

Para compreender a lógica de produção espacial e formação de áreas de periferia é necessário ter em vista que o processo de urbanização funciona como motor de aceleração dos processos socioespaciais e é responsável pela morfologia estrutural do próprio espaço urbano. Dentro deste processo e desta morfologia, encontram-se impressos através das formas urbanas resultantes os diferentes momentos pelo qual passa a produção do espaço. De acordo com Paviani (1994 *apud* SERPA, 2001, p. 16),

A urbanização extensiva que marca a sociedade contemporânea se dá dentro da lógica dos diversos agentes formadores do espaço urbano: a captura dos “momentos” destes processos é essencial para se compreender o continuum têmporo-espacial em que a descentralização/periferização urbana ocorrem.

A rigor, esta urbanização a qual o autor se refere, de fato, corresponde àquela vivida pelos países de industrialização tardia, a exemplo dos países da América Latina e que, de modo geral, representa bem o contexto dos centros urbanos brasileiros. Mas a gênese dos problemas urbanos relacionados ao processo de segregação está alicerçada

³ Souza (2015) discute o conceito de cidade polinucleada estabelecendo esta concepção como a melhor forma de compreender a configuração espacial da cidade de Marabá-PA.

nas forças⁴ que impulsionam a fragmentação social no espaço. Esta problemática se baseia *a priori* na questão da habitação, seja pelas formas de acesso ou pela própria diferenciação da moradia entre os grupos sociais e nos diferentes espaços da cidade. Em outras palavras, os diferentes espaços residenciais guardam características que se distinguem pelo tipo e pela localização.

Corrêa (1995) esclarece esta questão da produção da moradia ao abordar a problemática de que, esta, assim como qualquer outro objeto produzido dentro do sistema capitalista de produção, também se torna mercadoria, e ressalta

Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos do mercado. Seu caráter especial aparece na medida em que depende de outra mercadoria especial – a terra urbana –, cuja produção é lenta, artesanal e cara, excluindo parcela ponderável, senão a maior parte, da população de seu acesso, atendendo apenas a uma pequena demanda solvável (CORRÊA, 1995, p. 62-63).

Deste modo, a própria intervenção do Estado para suprir as demandas por habitação está direcionada à lógica de acumulação do capital, mesmo que de forma sobreposta, porém não inconsciente, tampouco desprovido de interesse em reproduzir esta racionalidade. Com isto, a realidade dos espaços periféricos se insere na dinâmica do espaço urbano ampliando os contrastes sociais e as diferenciações dos espaços segregados em relação à infraestrutura, habitação, serviços e à qualidade de vida, que integram o direito à cidade.

Para compreender o processo de segregação, devemos atentar para não cair no erro convencional sobre a forma de produção deste processo estabelecendo uma correlação direta e imediata ao processo de periferização, como sendo dois processos equivalentes ou resultado e ação. De fato, algumas áreas segregadas possuem uma precariedade dos serviços básicos e infraestrutura e se diferencia de outras áreas pela existência de moradias insalubres ou pela homogeneidade socioeconômica da população residente.

Desta maneira, Villaça (2011) ressalta que o processo de segregação não se restringe somente a uma determinada classe social, mas evidentemente afeta em maior grau a classe mais pobre, principalmente no que diz respeito à sua concentração em

⁴ Segundo Corrêa (1995), estas forças podem atuar de diferentes formas na estruturação das classes sociais, gerando efeitos que perpassam: a. a fragmentação da classe capitalista e proletária pela divisão do trabalho; b. formação de classes distintas de consumo; c. o aparecimento de uma nova classe média burocrata; d. gerar desvios de consciência de classe e projeção de ideologia pela classe dominante; e. e por fim, o controle sobre a mobilidade social.

determinadas áreas da cidade, mas este fato não impede o surgimento de outras classes no mesmo espaço.

Neste sentido, a segregação pode ser compreendida como fruto das desigualdades que imperam na sociedade (VILLAÇA, 2011), ampliadas no modo de produção capitalista, onde o sentido mercadológico da cidade é sobreposto ao de vivência e uso pelo cotidiano das práticas reprodução social. Para o autor, este processo só pode ser compreendido na sua totalidade e de forma satisfatória ao passo em que se estabelece uma análise da relação entre a segregação e as desigualdades socioeconômicas, políticas e ideológicas, servindo como mecanismo de dominação social.

Estas desigualdades presentes nos espaços segregados integram uma paisagem característica destas áreas, que se diferenciam espacialmente a partir de uma morfologia que se apresenta disposta através da insurgência de bairros onde grande parte da população não tem condição de adquirir um imóvel ou um terreno em outra parte da cidade.

Nesse mesmo sentido, alguns autores como Corrêa (1995) e Serpa (2001), destacam ainda a importância da relação entre o tempo e o trabalho nessa dinâmica, ou seja, a forma com que estes aspectos da vida cotidiana influenciam na produção de espaços segregados e intensificam este processo pela forma diferencial e desigual com que as pessoas (os habitantes) se deslocam espacialmente, considerando o local de trabalho e sua moradia e o tempo de deslocamento, incluindo nessa perspectiva a maior ou menor mobilidade.

De modo geral, a existência de áreas segregadas revela a forma como o espaço é socialmente produzido e atende as diferentes lógicas de uso e apropriação dos agentes produtores. A cidade, ao ser inserida no circuito mercadológico como produto e meio para o desenvolvimento da produção e para a acumulação, reproduz espacialmente as desigualdades sociais. Considerando o caso das periferias urbanas como o local de reprodução socioespacial (e da vida cotidiana em si) da população majoritariamente de baixa renda, esta análise busca ir além da simples relação centro *versus* periferia.

Tendo em vista este processo, a definição de periferia assume um caráter muito mais sociológico que simplesmente funcional, utilizada para identificar as áreas que não fazem parte do 'centro'. Isto decorre do fato de que muitas áreas que não fazem parte do centro e que, em alguns casos também são caracterizadas em algum nível de segregação,

não exatamente são percebidas como periferias. Corrêa (1995) ressalta o caso do surgimento de bairros nobres ou de ‘*status*’ através do processo de auto-segregação. Portanto, compreende-se que a ideia do uso do termo periferia está relacionado a uma paisagem ou morfologia característica (SERPA, 2002) e considera o *status* social da população, o que é espacialmente expresso através de uma configuração espacial precária. Paviani (1994 *apud* SERPA 2002, p. 161) explica que “através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se no espaço urbano um processo social maior, o de exclusão”.

Dessa forma, a análise da produção do espaço urbano e da periferia compreende as áreas que, em geral, encontram-se segregadas e possuem uma infraestrutura precária e uma deficiência na oferta de serviços básicos (segurança, saúde, educação e lazer), mas que se revela também como o local de reprodução da vida. Gamalho e Heidrich (2008) ressaltam a presença do termo no cotidiano da sociedade e é reproduzido também pela mídia, mas além disso, consideram que o pensar sobre a periferia é simultaneamente um exercício teórico, político e ideológico, compondo uma realidade material e concreta, que assume características da dimensão do espaço vivido pelos seus habitantes.

Sobre os impactos da segregação na produção do espaço e consequente reprodução da lógica do mercado, a cidade capitalista e sua lógica produtiva, do ponto de vista dos agentes imobiliários e do próprio Estado, negligenciam as áreas que não representam um interesse mercadológico e com isso não agregam um valor à terra, tampouco representam uma possibilidade acumulação do capital, da maneira como Carlos (1997, p. 42) explica.

Contudo, a reflexão que se estabelece sobre o pensar as formas de produção do espaço de maneira mais geral serve de embasamento para a aplicação desta análise ao contexto no qual se insere esta pesquisa. A realidade local dos bairros Jardim União e Bela Vista está inserida em uma dinâmica mais ampla, envolvendo agentes específicos e reproduz a mesma lógica de produção na qual até aqui buscou-se explicar minimamente e de forma geral.

O que se verifica nestes dois bairros é um processo de reprodução das desigualdades socioespaciais que não é exclusivo destas áreas, mas que nelas revela uma realidade conflituosa, entre a lógica do viver e do habitar e a do mercado, que envolve os demais agentes produtores do espaço. A periferia que se apresenta na realidade da cidade

de Marabá-PA encontra-se, assim, passível desta análise, afim de encontrar um percurso metodológico que nos auxilie na compreensão da formação destas áreas e sua consolidação, considerando as lógicas de produção do espaço e os processos mais amplos que influenciaram a ocupação destas áreas e os processos intraurbanos da dinâmica de reprodução da lógica que integra estas áreas ao cenário do espaço urbano marabaense.

Para analisarmos a segregação e as desigualdades que se reproduzem no espaço e encobrem uma realidade de direitos negados à população de bairros periféricos, consideramos ainda pertinente a afirmação de Carlos (1994) para o desenvolvimento das análises e reflexões posteriores, onde a autora aponta que

O espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata [...] é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos, etc. (CARLOS, 1994 *apud* SANTOS; SERPA, 2001, p. 37).

Desta forma, buscaremos analisar nos capítulos seguintes a produção do espaço urbano no contexto local, considerando os aspectos e os agentes que contribuíram para esta dinâmica, sem perder de vista o encadeamento teórico traçado até aqui. Para isso, faremos em seguida, uma breve discussão acerca da ocupação inicial do espaço regional buscando elucidar o processo de estruturação urbana e as condicionantes socioespaciais, dentre elas os fatores político-econômico-social que culminaram na transformação do espaço produzido tal como ele se revela hoje através das suas diversas formas, no qual se desenvolveu a estrutura polinucleada da cidade de Marabá.

Por fim, veremos que o processo de ocupação e atuação de diferentes agentes possibilitaram o desencadeamento de processos que culminaram em diferentes formas de apropriação do espaço, principalmente a partir do período de expansão urbana registrada entre os anos de 1980 a 2000, com o surgimento de ocupações urbanas irregulares e em sua maioria precárias, distantes das áreas centrais da cidade e concentrando uma população que, na sua maioria, possuía uma baixa renda.

Este panorama retrata de modo geral a realidade do que foi a ocupação inicial dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista, sendo desta maneira possível de se fazer uma breve síntese comparativa a fim de explicar não somente as formas, mas também os processos no que tange às desigualdades e disparidades na qualidade de vida da população

e dos direitos negados através de uma segregação socioespacial que se reproduz na própria produção do espaço.

Seria, o espaço periférico produzido por agentes a quem são negados os direitos de vida e moradia nas áreas mais nobres da cidade, mas que, contraditoriamente, serve para manter a lógica da dominação social sobre si própria? Ou a expansão periférica é apenas resultado do crescimento urbano desordenado e, mais cedo ou mais tarde, possibilitará uma valorização destes espaços, levando aqueles que não têm condições de adquirir moradia a procurar áreas cada vez mais longínquas?

Nos dois casos, a segregação parece se tornar um padrão que se observa na expansão urbana, tanto na periférica quanto na de *status*. Tentaremos, a seguir, responder de forma sucinta a estas questões que se colocam como dilemas para a questão urbana e verificar em que medida estas se mostram como verdades para a realidade dos casos aqui estudados.

CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARABÁ-PA: FORMAÇÃO TERRITORIAL E ESTRUTURAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS

Retomaremos algumas das considerações inicialmente feitas sobre a produção do espaço para pensar o modo como o espaço urbano marabaense está inserido na lógica de reprodução de um modo de produção no qual a cidade e seus múltiplos espaços são vistos sob o prisma do mercado, com a valorização de algumas áreas em detrimento de outras, atendendo lógicas e interesses de agentes neste processo. Para isso, é necessário entender o processo de formação da cidade e o contexto no qual se insere a lógica de ocupação das áreas de estudo, foco desta análise.

2.1. Formação territorial e consolidação da ocupação na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas: do burgo agrícola à consolidação das oligarquias

Para compreender o processo de formação territorial da cidade de Marabá-PA e entender a forma com a qual o espaço foi produzido e hoje caracteriza sua morfologia polinucleada, torna-se importante discutir inicialmente o contexto de formação das cidades na Amazônia e o processo que culminou na mudança deste cenário para uma urbanização, alicerçada nos grandes projetos para o “desenvolvimento” da região.

Essa primeira dinâmica de surgimento das cidades amazônicas esteve por muito tempo associada à relação da sociedade com os rios. A perspectiva que analisa esta relação com a natureza está ligada aos diferentes tempos que influenciam a vida cotidiana e, neste caso, associada ao tempo da natureza. Nesta relação, o surgimento dos primeiros aglomerados populacionais deu-se ao longo dos meandrosos rios cortantes da Amazônia, seguindo um padrão de ocupação característico. Esta íntima relação com os elementos naturais presentes no espaço revela ainda um modo de vida tradicional que permeou a região amazônica como um todo, onde as principais atividades econômicas estavam relacionadas a um extrativismo vegetal e um comércio que se desenvolvia nos principais centros urbanos, ligando as capitais Belém e Manaus ao interior da região.

Lima (2016) destaca esse contexto de evolução das cidades em um cenário no qual o rio se torna um elemento simbólico essencial para esta análise preliminar sobre o espaço amazônico, no qual o surgimento de Marabá também está inserido.

É em face desse contexto que se destaca o fato de grande parte desses aglomerados, vilas, povoados e cidades amazônicas apresentarem íntima relação e interação, funcional e simbólico-cultural, com a floresta e com os rios. Tal cenário levou Tocantins (1961) a afirmar que a natureza, apesar do

lento e contínuo esforço para humanizá-la, absorvia e envolvia o homem em suas malhas. Daí o(s) rio(s), uma das mais poderosas forças do meio, “dominar/comandar” a vida, que, até a década de 1950, era profundamente marcada por “fatores geográficos” (naturais) (LIMA, 2016, p. 268).

Tal contribuição nos leva a pensar os fatores que influenciaram o surgimento da cidade de Marabá conforme o padrão até então vigente para a região. Ao se revisar a bibliografia acerca deste processo, diversos autores (que embasam a discussão neste trabalho e servem de aporte teórico para a pesquisa) concordam quanto aos primeiros registros sobre a origem de Marabá, atribuindo tal fato à ocupação dita efetiva à formação do burgo agrícola do Itacaiúnas, no final do século XIX, com a chegada dos “brancos”, remanescentes de lutas políticas ocorridas no norte de Goiás (atual estado do Tocantins)” (TRINDADE JR. *et al.*, 2016, p. 39).

A compreensão dos processos que levaram ao posterior surgimento da cidade de Marabá está fortemente relacionada ao cenário político-econômico regional, que decorreu na criação do burgo agrícola às margens do rio Itacaiúnas. Esta concepção se aproxima da proposta de Ribeiro (2010), que considera relevante o entendimento da formação socioespacial, fundamentada nas condições para uma formação espacial de base econômica e social. Considerando que toda a produção, inclusive a produção espacial é também um processo contínuo e em si uma abstração, enquanto a formação espacial dela resultante é o intrínseco ao espaço, ela adquire uma temporalidade, que atribui a esse espaço produzido características específicas de cada tempo.

Nesse sentido, a contribuição de Rodrigues (2010) nos ajuda a entender este processo ao atribuir o processo de estruturação do território de Marabá a três outros movimentos da dinâmica regional, os quais destaca o processo de inserção do sul e sudeste paraense dentro de uma divisão territorial do trabalho pelo capital mercantil, as disputas territoriais que ocorriam simultaneamente em Goiás e no Maranhão, além da influência exercida pelas frentes expansionistas vindas destes dois estados em direção ao sudeste do Pará por interesse da atividade pecuária.

Alguns autores como Emmi (1999), Almeida (2008) e Velho (2009) destacam o cenário político regado a tensões e disputas que estavam relacionadas a um quadro mais amplo de relevância nacional, mas que se refletiu regionalmente na “expulsão” de um grupo de migrantes e colonos vindos das terras do Norte do então estado de Goiás. É justamente nesse contexto que o coronel Carlos Gomes Leitão chega nas terras

também a se chamar Marabá (ALMEIDA, 2002). (TRINDADE JR. et, al, 2016, p. 39).

Há que se destacar ainda o papel que a valorização da borracha (*hevea brasiliensis*) teve na dinâmica da Amazônia devido à grande demanda do mercado internacional pela produção de látex. Essa pressão se refletiu nas transformações ocorridas no espaço amazônico principalmente a partir de meados do século XX, induzindo a novas práticas de ocupação e povoamento de novas áreas no território (RODRIGUES, 2010), o que de certa maneira também se refletiu na estruturação das redes de cidades e acelerou o processo de urbanização amazônica. No caso da região onde se encontra a confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, a predominância de uma outra espécie vegetal teve também papel fundamental na dinâmica econômica local, o caucho (*castilhoa ulei*).

Emmi (1999) atribui a desarticulação⁶ do antigo burgo no Itacaiúnas, dentre outros fatores, à descoberta do caucho, que gradativamente promoveu a migração da população para a outra margem localizada na confluência dos rios, onde se instalaram os caucheiros e comerciantes que ali forneciam as mercadorias necessárias para se adentrar a mata. Dessa maneira, consolidando-se como um importante entreposto comercial nas margens de dois importantes rios para a região, no que diz respeito à efetivação da ocupação e na circulação de fluxos de pessoas e matérias-primas/mercadorias,

Marabá atendia às necessidades comerciais inerentes ao capital internacional, ligado principalmente à Belém, mas também articulava de outras localidades próximas através dos rios, que articulavam o território ao comércio regional, o que lhe atribuiu determinada importância local devido sua localização estratégica para a acumulação e circulação do capital.

A dinâmica econômica associada ao comércio do caucho atraiu um fluxo populacional para a cidade durante as primeiras décadas do século XX, provocando transformações nas relações espaciais gradativas. O município, emancipado em 1913 através da lei municipal e que teve seu território desmembrado do município de São João

⁶ Emmi (1999) destaca ainda que esse despovoamento não se deu de forma instantânea, mas sim de forma processual, organizada segundo os interesses de um grupo de comerciantes, os quais faziam parte Carlos Leitão, Norberto Mello, Raimundo Rocha, Francisco Coelho, Coronel Maravilha, Ricardo Maranhão, Francisco Casemiro, Celso Bandeira e Antônio da Rocha Maia. Para este grupo, a transferência do Burgo para o povoado de Marabá veio a consagrar o fim da colônia agrícola e sua substituição por um centro eminentemente comercial.

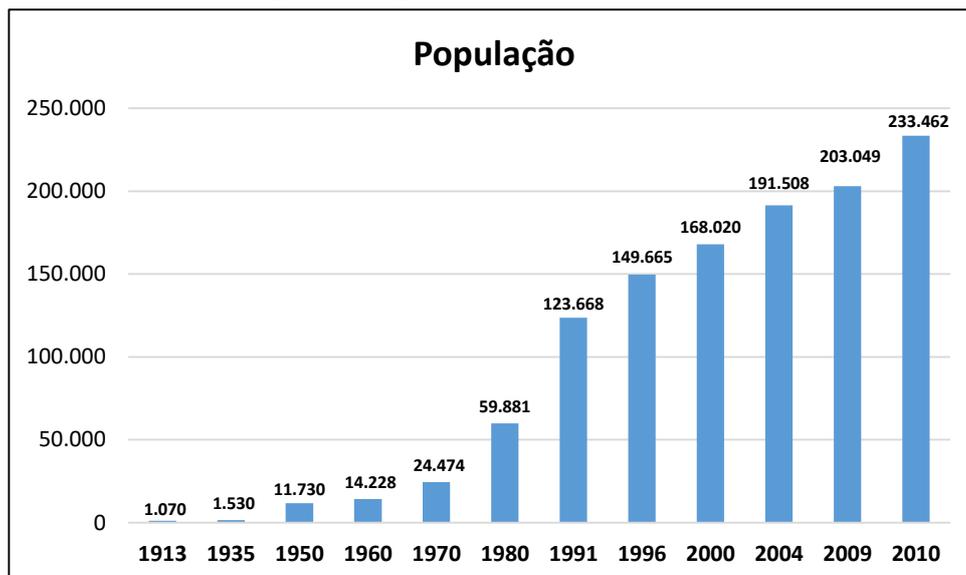
do Araguaia⁷, assumia relevante importância no sul e sudeste paraense dada a centralidade que assumira devido a atração de contingentes populacionais e a importância econômica que representava dentro do circuito de produção/extração do caucho.

Com a decadência do ciclo econômico da borracha na Amazônia durante a segunda década do século XX, a cidade experimentou uma estagnação econômica, permanecendo, no entanto, as relações de trocas econômicas introduzidas pela lógica mercantil, que decorreu no estímulo pela substituição do valor de uso pelo de troca (ALMEIDA, 2008). Neste mesmo período, apesar da atração de contingentes populacionais, os dados sobre a evolução da população da cidade mostram que não houve um crescimento significativo nos anos de 1913 a 1935. O gráfico 1 mostra a evolução demográfica em Marabá, onde é possível observar que o incremento da população só veio ter expressividade a partir de 1935 a 1950, visto que houve um aumento considerável da população neste período.

Coincidentemente, esse mesmo período remete ao auge da extração da castanha, economia que veio a substituir o caucho e consolidou as novas oligarquias que se formara no então polígono dos castanhais (EMMI, 1999). De acordo com Velho (2009), a extração da castanha se caracterizou mais como um ajuste à estagnação que se apresenta com a decadência da extração da borracha e não inseriu de fato uma nova dinâmica nas relações espaciais por se tratar de uma atividade da mesma natureza da anterior.

No entanto, a análise feita por Emmi (1999) evidencia o caráter de dominação política exercida pelos donos dos castanhais no período que se seguiu, o que nos ajuda a compreender as práticas espaciais dos agentes e sujeitos. O arrendamento da terra funcionava como o principal mecanismo de controle dos castanhais e constituiu o principal instrumento utilizado para exercer o político e econômico pelas elites oligárquicas.

⁷ De acordo com Velho (2009), o município de São João do Araguaia teve seu território desmembrado anteriormente do extenso município de Baião.

Gráfico 01 – Evolução demográfica de Marabá de 1913 a 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme destaca Rodrigues (2010), essa prática constituía, portanto, no controle do uso e do acesso à terra, configurando ainda uma das primeiras formas de reprodução no espaço onde se observa um caráter desigual nas formas de uso e apropriação e, conseqüentemente, de reprodução dos sujeitos. Com isso, a estrutura que se revelava frente aos interesses hegemônicos das oligarquias e aos dos demais sujeitos, apresentava-se diante em um cenário de intensos conflitos entre trabalhadores rurais e as elites oligarcas que tinham o controle dos castanhais (ou tentavam impor sua dominação através da espoliação⁸).

Concomitante a este período, a exploração mineral ganhou grande destaque nas imediações próximas a Marabá. A atividade de extração de diamantes ganhou grande visibilidade na região no decorrer do período que corresponde à Segunda Guerra Mundial, no qual a exploração da castanha já apresentava uma baixa, devido à retração do mercado internacional. De acordo com Almeida (2002), o garimpo de diamantes ao longo das corredeiras do Itabocas, possuía uma grande vantagem pela proximidade com o porto

⁸ Ao tratar da lógica da espoliação, Velho (2009) caracteriza: “o regime de violência e espoliação brutal de que eram vítimas os castanheiros, em parte tinha sua razão econômica, encarado sob o ponto de vista dos setores dominantes, enquanto técnicas de extorsão de mais-valia absoluta. Prende-se, no que diz respeito à intensidade com que se dava, não só à dificuldade em se oferecer resistência, mas à instabilidade que era uma ameaça para os próprios organizadores da atividade produtiva, seja devido a fatores naturais e ao sistema de arrendamento a prazo” (VELHO, 2009, p. 58).

fluvial de Marabá, além da possibilidade de a exploração ser feita de forma intercalada com a exploração da castanha. De fato, apesar de ser um dos fatores que ajudam a explicar o crescimento demográfico registrado até o período pós-guerra, a extração de diamantes não adquiria a mesma importância econômica a qual representava a extração da castanha (ALMEIDA, 2002).

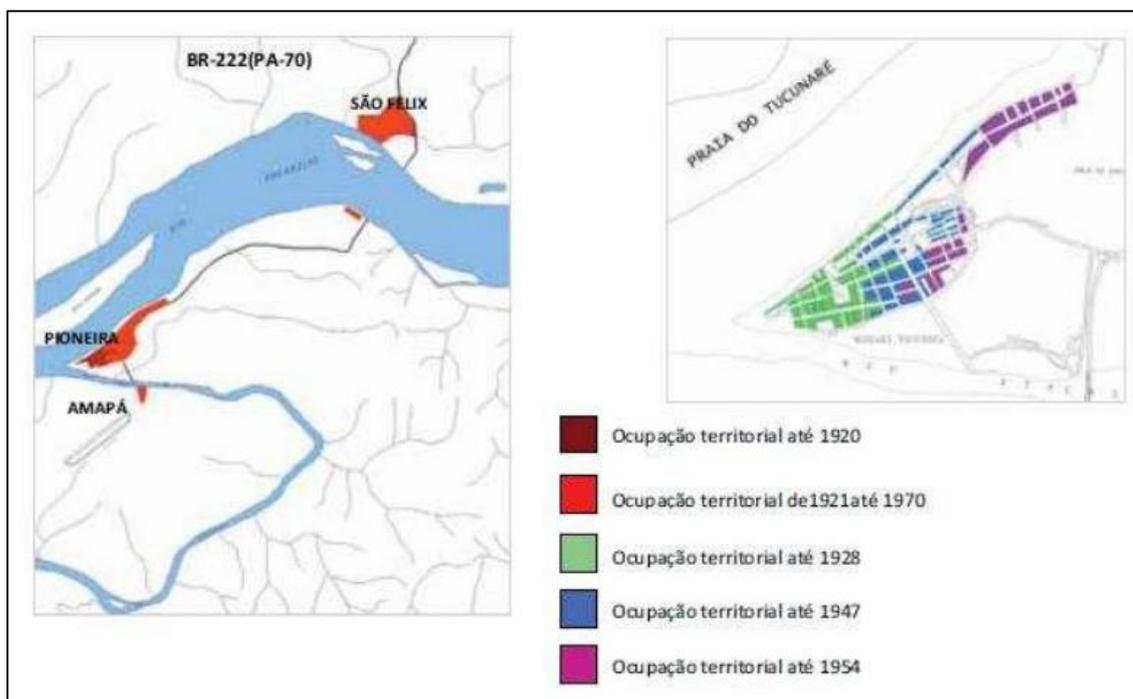
De modo geral, o crescimento populacional registrado em Marabá esteve sempre associado ao desenvolvimento de atividades que se colocavam como um padrão de crescimento das cidades na Amazônia, embora ocorressem de forma diferenciada dada as especificidades de cada contexto no qual se inseriam as cidades. Becker (2013) atribui essa dinâmica relativa à ocorrência dos “surto” de natureza econômica, que apesar de serem responsáveis em parte pelo processo de urbanização da região, não resultaram de fato em um dinamismo econômico complexo que estruturasse as cidades em uma nova divisão do trabalho.

No entanto, conforme evidencia o gráfico 1, a partir dos anos 1950 houve um crescente aumento da população, que neste contexto podemos associar à frente mineradora que se expandira para a região de Marabá, no qual se atribuiu o garimpo de diamantes. Com a maior fixação da população na cidade, o notado crescimento do tecido espacial também era necessário. No entanto, alguns fatores devem ser considerados quanto à configuração espacial de Marabá e aos aspectos físicos e naturais que influenciaram a ocupação efetiva ao longo das margens dos rios.

A população que residia no pontal, localizado na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, e que posteriormente se espalhou pela ribeira nas margens dos rios, sofria constantemente com as cheias periódicas dos rios e recorria às áreas com as cotas mais elevadas para fugir das enchentes constantes, mas sempre retornava ao sítio anterior, muito devido às práticas espaciais que ali se consolidavam.

A área na qual posteriormente viria a se consolidar o núcleo Marabá Pioneira constitui a grande bacia fluvial do rio Tocantins, registrando as cotas topográficas mais baixas do relevo da cidade, além de estar passível a enchentes recorrentes no período de cheia do rio. A Figura 03 mostra a evolução da ocupação do tecido urbano até o ano de 1970, além de destacar a expansão da malha urbana no núcleo Marabá Pioneira até o ano de 1954.

Figura 03 – Evolução do tecido urbano de Marabá no período de 1913 a 1954.



Fonte: PNUMA *et al*, 2010.

Sobre este aspecto, Dias (1958 *apud* RIBEIRO, 2010), ressalta que o estudo da expansão urbana ocorrida em Marabá nesse período deve considerar os fatores naturais das enchentes recorrentes, que nitidamente marcaram os vários períodos do desenvolvimento e evolução territorial da cidade, que levou a população a ocupar as áreas de topografia mais elevadas da cidade, alcançando as áreas da então zona rural a partir da fazenda Santa Rosa. A respeito da ocupação dessas áreas a autora destaca a existência de terrenos menos valorizados e, por consequência, mais baratos, em comparação com a área central na qual estavam centradas as atividades comerciais e os serviços públicos.

A ocupação registrada até 1970 mostra um movimento de expansão da cidade em direção ao interior do território, com a presença de ocupações na qual se constitui hoje o núcleo São Félix e o bairro Amapá, isolados do núcleo pioneiro até então, mas nos quais as práticas ribeirinhas já eram evidentes e remontam à ideia da dinâmica da reprodução social que ainda resiste nos dias atuais. A expansão verificada ainda estava restrita e limitada à rede dendrítica e o núcleo pioneiro isolado por uma área de várzea denominada de “varjão”. As distâncias entre as ocupações só viriam a serem superada com o incremento das novas dinâmicas que se apresentavam para a região amazônica a partir dos anos 1960. Essa nova lógica pautada na reprodução ampliada do capital internacional convergiu com a lógica desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro.

Esse fato desencadeou uma série de transformações no espaço amazônico e se refletiu na dinâmica urbana de Marabá, que novamente passaria por uma reestruturação econômica e espacial. Os novos elementos que dinamizariam a reprodução social em Marabá trouxeram consigo novas estruturas, bem como um contingente populacional superior aos registrados nos anos anteriores e modificaram a estrutura urbana, que refletiu na expansão do tecido urbano para novas áreas a partir de novas lógicas de ocupação.

2.2. Reflexos espaciais da influência dos grandes projetos na Amazônia na dinâmica urbana em Marabá

A evolução da estrutura urbana em Marabá por longos períodos esteve restrita e isolada. Com as novas políticas públicas pensadas para a Amazônia, o cenário de integração buscava através da implementação de grandes projetos o desenvolvimento e a integração regional. Com isso, novas estruturas são implantadas na região e modificam os conteúdos a partir das novas formas urbanas que passam a induzir um novo padrão de ocupação.

Com a inauguração da rodovia Belém-Brasília em 1955 e posteriormente com a inauguração da Transamazônica em 1972, o aumento do fluxo migratório registrado trouxe para a região uma população com vista nas oportunidades de trabalho sustentadas pelos grandes projetos, dentre os quais o Projeto Grande Carajás (PGC) destaca-se pela sua relevância e atração de novos fluxos para a região e conseqüentemente para Marabá. Becker (1982 *apud* SOUZA, 2015) explica esse movimento espacial dos fluxos populacionais a partir das necessidades dos migrantes e das desigualdades regionais que se refletiam na qualidade de vida destes sujeitos e implicava neste movimento. Para ela,

A mobilidade espacial da população decorre da sua dificuldade de acesso aos meios de produção; instável economicamente e sem ascensão na escala social, ela é induzida a migrar continuamente para áreas onde se faz necessária a disponibilidade de mão de obra (BECKER, 1982 *apud* SOUZA, 2015, p. 56).

Partindo do pressuposto apresentado inicialmente acerca da produção do espaço e da forma com a qual os diferentes agentes reproduzem essa lógica espacialmente através das suas ações, cabe analisar sua importância e as transformações ocorridas no espaço urbano de Marabá a partir desse contexto, no qual se inicia a partir dos anos 1970.

A estratégia de ação do Estado através da iniciativa de dotar o espaço amazônico de infraestrutura, além de trazer uma nova dinâmica urbana, trouxe para o cenário regional novos atores sociais, que logo foram inseridos na lógica de reprodução ampliada

do capital (SOUZA, 2015). Dentre esses atores, destaca-se principalmente o papel dos migrantes, em grande parte, nordestinos, que se fixariam na região e em Marabá em busca de novas oportunidades, atuando principalmente como mão de obra na construção dos grandes projetos.

O conjunto de estratégias traçadas pelo governo visando a integração e o desenvolvimento regional da Amazônia movimentou uma série de instrumentos e mecanismos que se constituíram como uma forma de atração de capital na forma de investimentos pelo setor privado (LOUREIRO, 1992 *apud* SOUZA, 2015). Com isso, a partir de uma reordenação do espaço regional, o cenário intraurbano marabaense se transformou a partir das novas lógicas de produção do espaço que lhe deram uma nova organização, da mesma maneira na qual levou ao surgimento de novas formas urbanas de ocupação do território.

A partir da implementação dos múltiplos sistemas de infraestrutura (conjunto de redes rodoviárias, rede ferroviária, rede elétrica, de comunicações), o aspecto de centralidade exercido pela cidade que já era verificado nas primeiras décadas do século XX passou a ser reforçado, e constituindo a “fronteira urbanizada” para a qual se direcionavam as diversas frentes de expansão de agentes econômicos.

A implantação das rodovias BR-230 (Transamazônica) e da BR-222 (antiga PA-70), esta última que ligava Marabá a um trecho da rodovia Belém-Brasília, foi essencial para a atração de novos fluxos de capital e investimentos de empresas que passaram a atuar na região, como a Companhia Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD), Banco Bamerindus, além de promover a colonização agrícola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e centralizar e dar suporte para as ações do Estado através do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

Nesse contexto de transformações e de reestruturação do território e da economia regional, a expansão urbana em Marabá foi marcada neste novo período principalmente pela criação de dois novos núcleos urbanos: Nova Marabá e Cidade Nova, Apesar de surgirem no mesmo contexto, os núcleos se diferenciavam pela lógica de ocupação e pelo padrão de urbanização proposto.

O primeiro destes novos núcleos, a Nova Marabá, constituiu-se a partir de uma lógica do Estado através da atuação local da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), inicialmente proposta para atender uma demanda populacional por

parcela da população que frequentemente retornava às antigas residências no período de baixa dos rios, a ocupação da Nova Marabá acabou se realizando em uma lógica fora do modelo planejado, com o surgimento de novos arruamentos e novas folhas a partir de uma ocupação espontânea, acentuada pelos intensos fluxos de migrantes, visto que o núcleo é cortado pelas duas rodovias anteriormente citadas, que integram o espaço urbano da cidade.

Esse modelo de urbanização que integrava uma vida urbana com a qualidade de vida baseada no equilíbrio ambiental, surgiu de um diagnóstico proposto no Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM), elaborado pelo escritório paulista Joaquim Guedes & Arquitetos Associados, vencedor do edital de licitação estabelecido pela SUDAM. O projeto teve como base alguns modelos de organização aplicados em outros países, idealizando uma população total de 50.000 habitantes, que se organizaria socialmente a partir de um ideal que considerava uma harmonização entre o homem e o meio ambiente e as peculiaridades locais (ALMEIDA, 2002).

Em contrapartida, concomitante ao desenvolvimento planejado na lógica de ação do Estado, na outra margem do Itacaiúnas, o núcleo Cidade Nova foi marcado neste mesmo período por uma “urbanização ruralizada” (TOURINHO, 1991 *apud* TRINDADE JR. *et al*, 2016), inicialmente conduzida pelo INCRA através da sua política de colonização agrícola, que incentivava a implantação de projetos de agrovilas e agrópolis ao longo da rodovia Transamazônica, que articulava este mas que já apresentava uma ocupação a partir da lógica de expansão espontânea.

A ocupação do núcleo se desenvolveu em um sentido expressamente rural, associado à dinâmica da agrópole do INCRA. Com a expansão da ocupação para além das agrovilas e com a crescente demanda por habitação resultada da intensa pressão demográfica e um crescimento populacional de 72%, que mais que dobrou o número de habitantes em apenas uma década, como demonstra o Gráfico 01 (p. 43), surge então o conjunto Cidade Nova, construído pela Companhia de Habitação do Estado (COHAB).

Há que se destacar que o núcleo já demonstrava uma intenção de ocupação anterior a este período, no que se refere ao surgimento do bairro Amapá anterior à implementação da colonização oficial pelo Estado, com o início de sua ocupação relacionada a década de 1920, como mostra a Figura 03 (p. 45). Almeida (2008) explica que um dos fatores que influenciaram a rápida ocupação e expansão no núcleo Cidade

Nova se deve ao fato do preço dos lotes nesta área serem mais baratos e a própria facilidade na forma de aquisição dos terrenos. No entanto, o núcleo apresentava uma precariedade ainda maior em comparação à Nova Marabá, sobretudo em relação aos serviços de infraestrutura, saneamento e energia, apesar de se destacar no processo de expansão urbana da cidade. A grande demanda por estes serviços e a pressão por uma resposta do setor público, levou com que o núcleo fosse inserido no perímetro urbano de Marabá por meio da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (IDESP, 1977).

A partir da década de 1970, as transformações ocorridas no núcleo Cidade Nova levaram à uma expansão urbana estimulada não somente pela lógica do Estado, mas também a partir da necessidade que a população migrante tinha em se fixar na cidade. Uma das alternativas encontradas pelo poder público para atender as demandas sociais se efetivou na construção de loteamentos destinados ao assentamento desta parcela da população que se direcionava para o núcleo, que presenciou uma expansão urbana espontânea, que no entanto, refletia na escala local os impactos da fluidez de processos que estruturaram o espaço regional a partir das novas dinâmicas inseridas, sobretudo atendendo aos projetos em uma “racionalidade instrumental” capitalista (RODRIGUES, 2015).

De modo geral, o cenário que se apresentava de crescimento econômico e expansão urbana na cidade de Marabá, principalmente nos dois núcleos recém ocupados, mostrava sinais de uma transformação socioespacial que era reflexo das novas dinâmicas inseridas na Amazônia Oriental a partir da segunda metade do século XX. Isso se deve em grande parte à influência do PGC e dos projetos que dele se desdobraram posteriormente na reestruturação urbana e territorial dos municípios em todo o Sudeste Paraense, bem como o grande quantitativo populacional atraído por estes projetos que se assentaram na região em cidades como Marabá, pólo de atração de migrantes naquele momento.

2.3. Estruturação urbana e formação da periferia no núcleo Cidade Nova

O crescimento populacional registrado em Marabá no período de 1980-2000 representava um aumento de 180,6% (SOUZA, 2015). Os impactos desse crescimento refletiram em uma reestruturação da cidade, que resultou na aplicação de um plano de desenvolvimento urbano e na expansão urbana que alcançava novas áreas nos três núcleos

consolidados a partir do final da década 1980, a saber: Marabá Pioneira, Nova Marabá e Cidade Nova, além das ocupações no São Félix e Morada Nova.

A consolidação das dinâmicas de ocupação territorial no núcleo Cidade Nova através da transformação de antigas áreas de fazendas em loteamentos e da ocupação de terrenos públicos e privados possibilitou a efetivação de políticas públicas destinadas a atender o déficit habitacional e resolver o problema da moradia. Além das áreas iniciais de ocupação nas margens da rodovia Transamazônica e no Amapá, o núcleo foi o que registrou a maior expansão das áreas urbanas. Com o declínio do garimpo de ouro em Serra Pelada em 1984, muito dos trabalhadores decidiram não retornar para seus lugares de origem, mas assentar-se nas cidades próximas ao garimpo como Marabá, Parauapebas, Curionópolis, entre outras.

O incremento populacional foi dessa forma o maior impulsionador do crescimento do total de áreas ocupadas no núcleo Cidade Nova, que em geral crescia a partir da ocupação de terras nas áreas periféricas. Outro fator que explica a maior expansão urbana deste núcleo em detrimento da chegada de migrantes de várias origens é o baixo valor dos terrenos ocupados, além das facilidades do acesso à compra dos lotes.

O rápido processo de ocupação do solo e crescimento populacional no núcleo levou os proprietários de terras a transformarem antigas áreas de fazendas em loteamentos para atender a esta demanda vigente, bem como levou ao surgimento de agentes internos e externos interessados na especulação fundiária. Os trabalhos de Souza (2014, 2015), sintetizam este cenário e apontam para a relação entre a chegada dos migrantes à cidade em busca de oportunidades, mas que nem sempre eram absorvidos pelo mercado de trabalho, e a produção do espaço a partir da expansão de ocupações urbanas nas áreas periféricas, para onde essa população se direcionava.

Entre os anos de 1980 e 2005, surgiram pelo menos 22 ocupações que se consolidaram nas áreas de expansão urbana, como mostra a Quadro 1, estando em sua maioria localizadas nas áreas periféricas de cada núcleo. Em função da sua localização, os dois bairros destacados, assim como a grande maioria das ocupações que se consolidaram, assumem um padrão de organização ao se expandir na franja urbana, levaram a aprovação da Lei nº 10.957/89 que ampliava os limites do perímetro urbano.

Com isso, algumas áreas rurais foram incorporadas ao perímetro urbano e passaram a ser mais valorizadas, beneficiando os proprietários de terras e incorporadoras,

que passaram a utilizar esta lógica de valorização para se beneficiar a partir da especulação fundiária. A atuação destes agentes no cenário local é evidenciada por Souza (2014; 2015) e Nunes Neto (2017), onde destaca-se o papel do mercado imobiliário como um dos principais agentes que influenciaram na expansão do tecido urbano e promoção de loteamentos e condomínios fechados, principalmente no período relacionado ao Projeto ALPA⁹, com o “boom” imobiliário e a fase mais recente do cenário de expansão urbana em Marabá.

Quadro 01 – Ocupações urbanas e assentamentos informais em Marabá (1980 até 2004).

	ASSENTAMENTOS E OCUPAÇÕES	ÁREA APROX. (HA)	NÚCLEO / LOCALIZAÇÃO	ANO APROX. DE IMPLANTAÇÃO
1	Belo Horizonte	-	Cidade Nova	1980
2	Ocupação do Km 8	-	Cidade Nova	1985
3	Ocupação da Infraero (Aeroporto)	-	Cidade Nova	1986
4	Jardim União	50	Cidade Nova	1996
5	Saída p/ Itupiranga	5	Cidade Nova	1996
6	Jardim Bela Vista	20	Cidade Nova	2004
7	Novo Planalto	13	Cidade Nova	-
8	Vale do Itacaiúnas	7,5	Cidade Nova	-
9	São Félix I	-	São Félix	1985
10	São Félix II	-	São Félix	1985
11	São Félix III	-	São Félix	1985
12	Km 7 (PA-150)	54,5	Nova Marabá	1975
13	Km 6 (Entroncamento da PA-150 com a Transamazônica)	-	Nova Marabá	1979
14	Folha 35	15	Nova Marabá	1999
15	Folha 25	0,5	Nova Marabá	2002
16	Folha 26	0,5	Nova Marabá	-
17	Folha 23	5	Nova Marabá	2002
18	Fazenda Bandeira	22	Nova Marabá	-
19	Santa Rita	8	Marabá Pioneira	-
20	Santa Rosa	14,7	Marabá Pioneira	-
21	Ocupação da Mangueira	12,2	Marabá Pioneira	-
22	Vila Socó	-	Marabá Pioneira	1988
TOTAL		227,9		

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), TRINDADE JR. *et al* (2010). Organizado pelo autor, 2018.

⁹ O Projeto ALPA – Aços Laminados do Pará, consistia no projeto de implantação em Marabá de uma siderúrgica integrada, com capacidade de produção de 2,5 toneladas/ano de placas de aço, no qual o empreendimento era fruto dos investimentos encabeçados pela companhia Vale.

No entanto, devido a sua localização, estas ocupações constituíam um padrão periférico de organização espacial, com forte desarticulação na malha viária do tecido urbano com pouco acesso às infraestruturas e aos serviços disponíveis nas áreas planejadas para a expansão dos núcleos urbanos.

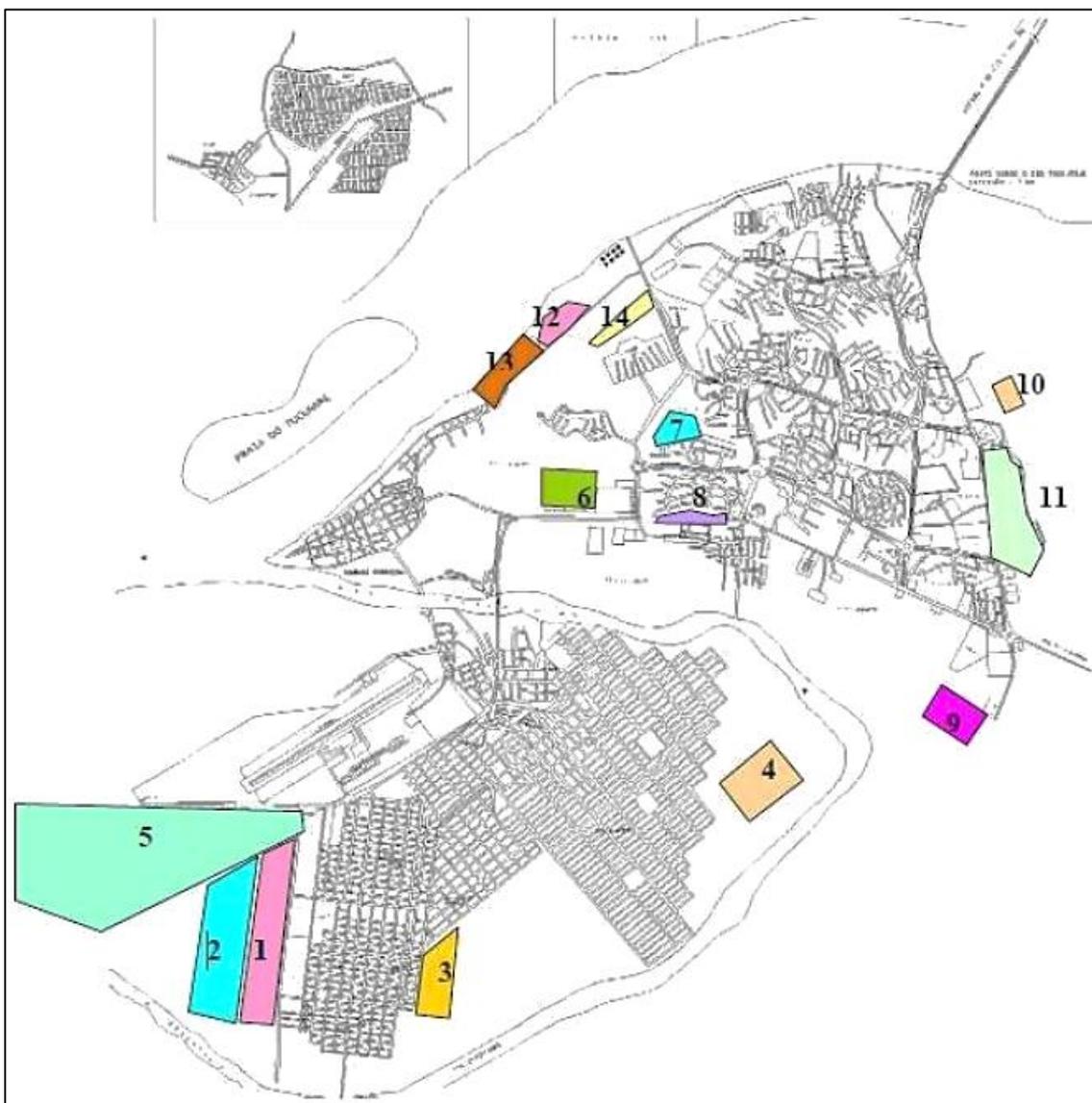
Com o crescimento e surgimento de novas ocupações até meados da década de 2000, acompanhando o auge da economia industrial e a expansão dos projetos de indústrias siderúrgicas e de ferro-gusa, estas ocupações se caracterizaram pela precariedade que marca a paisagem local, além do baixo acesso a serviços de saneamento básico e equipamentos sociais, o que explicaria a desvalorização para o mercado imobiliário, tornando estas áreas periféricas ainda mais segregadas, tendo o direito à cidade sendo negado cotidianamente à população que nelas residem.

Nesse contexto, podemos nos embasar na análise de Souza (2005), que destaca esta questão relacionando-a com o processo de *segregação residencial*. Para o autor, a construção dos espaços residenciais está fortemente atrelada ao fator socioeconômico que, sob a perspectiva da organização espacial dos grupos sociais, está mais diretamente relacionada à diferenciação dos espaços residenciais que assumem características de maior ou menor status, ainda que se encontrem em áreas periféricas, somente as áreas que concentram a maior parte da população de baixa renda são de fato assim consideradas.

Nos estudos realizados pelo IBGE, por exemplo, adota-se a classificação de assentamentos urbanos informais ou ainda de aglomerados subnormais. Metodologicamente, estas concepções diferenciam-se pelas características quanto a situação de regularização fundiária, grau de urbanização, distribuição da renda, densidade demográfica, dentre outros aspectos como os de acesso aos serviços e à infraestrutura urbana. De modo geral, estas características refletem os aspectos espaciais dos setores censitários com a sua morfologia quantificada, mas também possibilita observar um perfil socioeconômico da população que reside nestas áreas.

A questão principal, nesse aspecto está relacionada a maior presença destes aglomerados subnormais e dos assentamentos informais nas áreas periféricas localizadas na franja urbana dos núcleos Cidade Nova e Nova Marabá até o ano de 2006, como mostra a Figura 05.

Figura 05 – Marabá: assentamentos urbanos informais em 2006.¹⁰



Fonte: PNUMA *et al* (2010). In: SOUZA, 2015.

Com a intensificação do processo migratório e consequentemente do crescimento demográfico da população urbana em Marabá, que já vinha registrando um aumento significativo desde a década de 1970, o surgimento de novas ocupações também passou a se tornar um padrão expressivo na expansão urbana. As áreas acima destacadas na Figura 4 foram, desta forma, ocupadas por uma classe trabalhadora que não possuía condições de se estabelecer em outras áreas mais urbanizadas e com melhor acesso aos

¹⁰ As ocupações destacadas na Figura 4 estão apontadas em um quadro elaborado por Souza (2015). As áreas identificadas no mapa são: 1 – Jardim União; 2 – Jardim Bela Vista; 3 – Novo Planalto; 4 – Vale do Itacaiúnas; 5 – Saída p/ Itupiranga; 6 – Folha 25; 7 – Folha 23; 8 – Folha 26; 9 – Folha 35; 10 – Fazenda Bandeira; 11 – Km-7; 12 – Santa Rita; 13 – Santa Rosa; 14 – Ocupação da Mangueira.

serviços e à própria infraestrutura urbana e que pudesse lhes conceder uma melhor qualidade de vida.

Os mesmos fatores que levaram estas áreas a atrair em boa parte uma população mais pobre, na sua maioria migrante, são responsáveis também por mantê-la nestas pela necessidade de moradia. Russi (2014), estabelece uma relação baseada nas concepções de Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, que abordam esta questão na perspectiva da formação destas periferias através de um modelo de invasão de terras e estabelecimento de ocupações precárias com a organização de uma classe trabalhadora.

Para Maricato (1996 *apud* RUSSI, 2014), estas ocupações surgem em um contexto de uma urbanização característica da cidade capitalista, configurando-se em um modelo de exclusão de uma classe trabalhadora que, sem condições, ocupa as áreas localizadas nos limites urbanos, cada vez mais distante das áreas centrais, tornando precário o acesso aos serviços e infraestruturas urbanas. Neste sentido, essa expansão periférica produz “uma cidade fora da cidade” (ROLNIK, 2002 *apud* RUSSI, 2014, p. 41), que em uma escala intraurbana, reproduz as desigualdades e a segregação socioespacial.

A autora aponta esta relação dialética através da controversa lógica capitalista da cidade contemporânea que pode ser explicada pelo movimento contraditório da organização espacial da cidade na segregação de parte da população em relação ao acesso à vida urbana. Com isso,

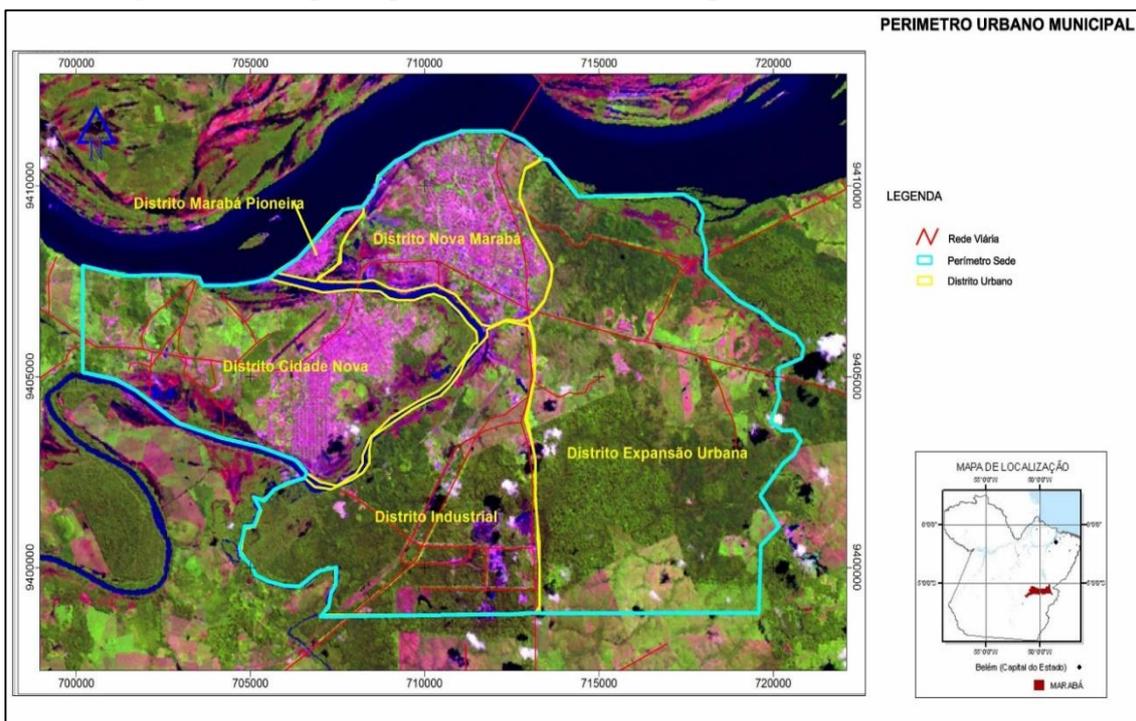
Se de um lado, parte da cidade se equipa com equipamentos e serviços coletivos que permitem uma qualidade de vida compatível com padrões nacionais e internacionais, por outro a parte esquecida se organiza com seus próprios recursos. Os assentamentos precários e informais são produzidos por seus próprios moradores com os meios que estão ao seu alcance: salários baixos e insuficientes para cobrir o custo da moradia; inexistência e/ou precariedade de recursos técnicos e profissionais; e espaços urbanos vetados pela legislação ambiental e urbanística e imprestável para o mercado imobiliário formal (MARICATO, 1996 *apud* RUSSI, 2014, p. 41).

Esta relação pode ser observada da mesma maneira no processo de formação da periferia em Marabá, que se constituiu a partir das ocupações urbanas por uma classe trabalhadora que, em um maior ou menor grau de informalidade, se organizou em fragmentos da cidade desarticulados e segregados nos limites do tecido urbano. Este processo se intensificou na década de 1980 e ganhou novos contornos a partir deste período, atingindo seu ápice entre as décadas de 1990 a 2000.

Esse processo de urbanização periférica produz espaços cada vez mais segregados, com uma organização espacial caracterizada pela ocupação de terras públicas e privadas, além de uma paisagem que revela a precariedade das formas urbanas expressas através do modelo das moradias. No caso específico dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista, ambos foram consolidados a partir de ocupações urbanas na periferia do núcleo Cidade Nova, que se constituíram em momentos distintos, como já destacado anteriormente no Quadro 01.

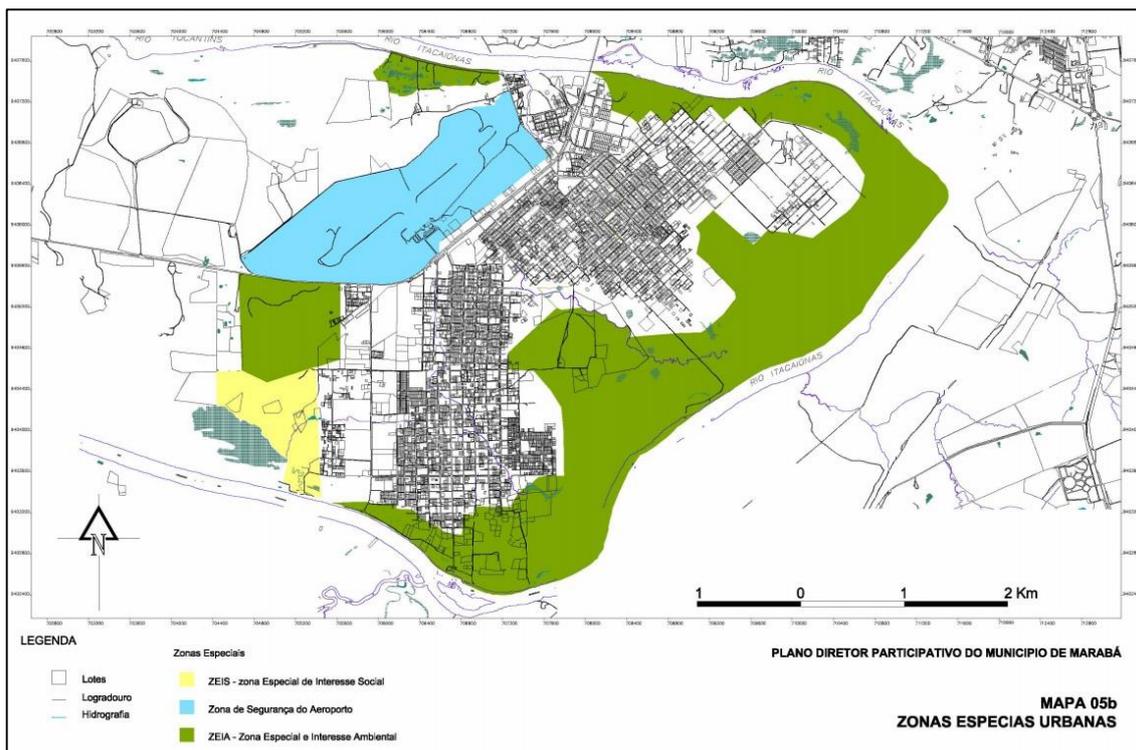
Estes bairros compartilham um modelo de urbanização que degradou boa parte do ambiente físico natural, com o parcelamento de propriedades antes identificadas como rurais, mas que foram agregadas ao perímetro urbano pela expansão dos limites definida na Câmara Municipal. O Plano Diretor Participativo Municipal de Marabá – PDDPM, estabelecido pela Lei 17.213 de outubro de 2006, definia estas áreas como zonas de expansão do núcleo Cidade Nova, dentro dos limites do perímetro urbano, como mostra a Figura 06 e incluídas no macrozoneamento como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), nos limites estabelecidos na Figura 07.

Figura 06 – Mapa do perímetro urbano municipal (2006).



Fonte: PMM (2006).

Figura 07 – Mapa de identificação das Zonas Especiais no núcleo Cidade Nova (2006).



Fonte: PMM (2006).

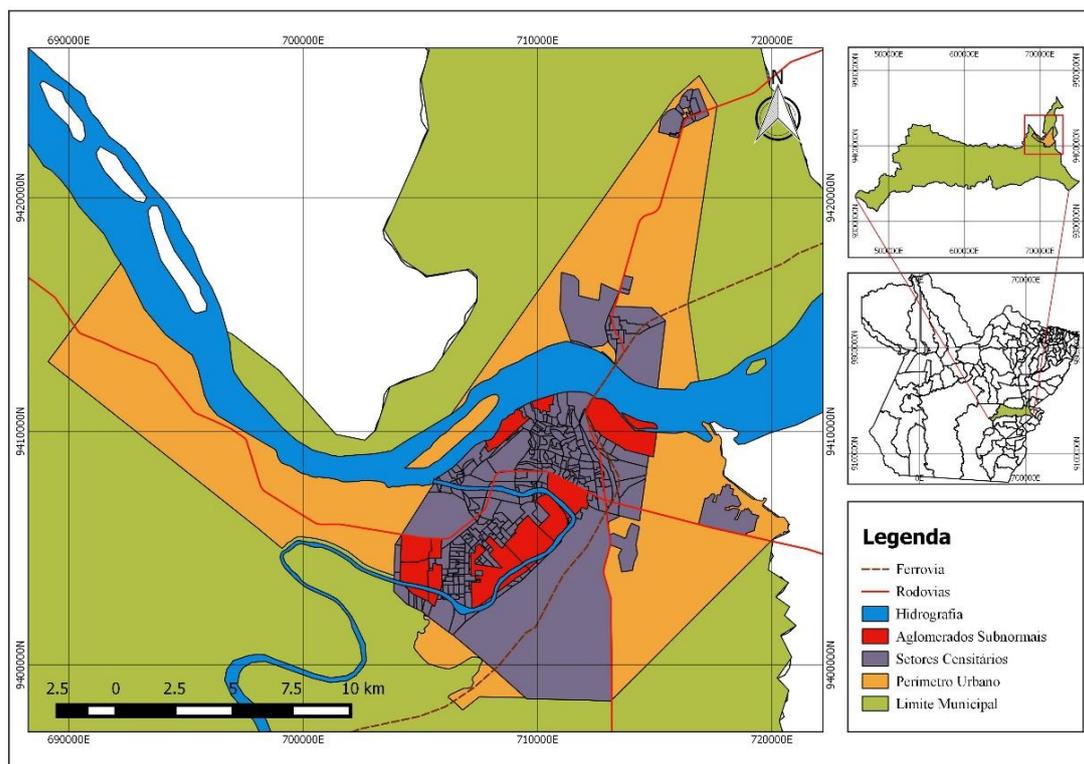
Segundo o Art. 41 do PDPM (2006), estas ZEIS são definidas como áreas primordialmente destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social, sendo subdivididas em 3 níveis:

- I. ZEIS 1, correspondentes às ocupações informais para fins habitacionais em sítios urbanos de terra firme, ou alagados, em terrenos públicos ou particulares;
- II. ZEIS 2, correspondentes a loteamentos privados irregulares;
- III. ZEIS 3, correspondentes a terrenos vazios, que se constituirão em estoque estratégico de terras. (MARABÁ, 2006, p. 12).

Neste contexto, as ocupações urbanas periféricas consolidaram a forma e o processo de expansão que se verificou no núcleo Cidade Nova, estruturando-se em um modelo que pode ser observado nas demais ocupações que surgiram em Marabá.

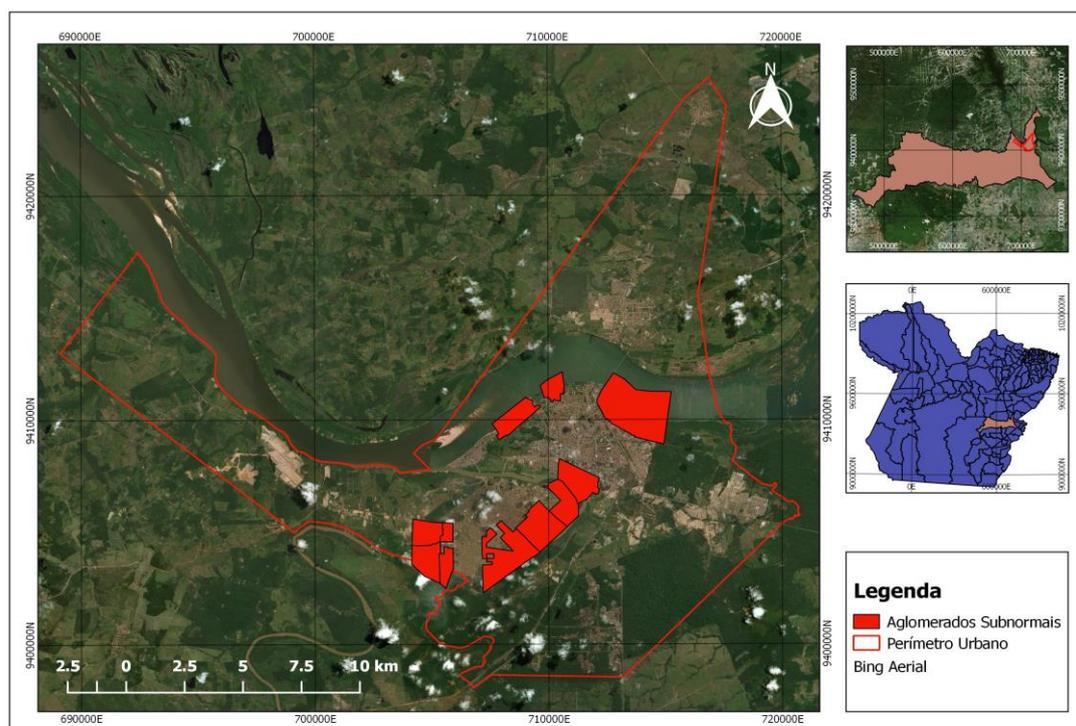
Analisando os mapas apresentados anteriormente nas Figuras 06 e 07, observa-se que a expansão urbana está fortemente relacionada com a ocupação das áreas periféricas que configuram os aglomerados subnormais consolidados tanto nas zonas delimitadas como de interesse social, quanto nas zonas especiais de interesse ambiental, revelando ainda a fragilidade do ambiente nestas áreas. A Figura 08 destaca a consolidação da ocupação nestas áreas periféricas e sua caracterização como aglomerados subnormais.

Figura 08 – Mapa dos aglomerados subnormais e setores censitários em Marabá.



Fonte: IBGE, 2010; SEPLAN, 2018. Projeção UTM 22S. Datum SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor, 2018.

Figura 09 – Ocupações consolidadas nos aglomerados subnormais em Marabá.



Fonte: IBGE, 2010; SEPLAN, 2018. Imagem: Bing Aerial. Projeção UTM 22S. Datum SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor, 2018.

As informações representadas nos mapas das Figuras 08 e 09 são complementadas pelo Quadro 2, que mostra um panorama da situação jurídica das ocupações, em relação ao processo de regularização fundiária até o ano de 2011. A análise dos dados evidencia o cenário de precariedade das ocupações que permanece sendo uma das principais características destas áreas e onde se reproduz a lógica da segregação.

Observa-se ainda a fragilidade da população em relação à moradia, visto que muitas destas áreas apresentam um conflito de interesses pela ocupação e encontram-se em processo de litígio, principalmente aquelas de ocupação recente a partir de meados dos anos 2000.

Somente no núcleo Cidade Nova, até o ano de 2011, dos 11 assentamentos urbanos informais contabilizados como aglomerados subnormais pelo Censo Demográfico do IBGE, 7 estão localizados em propriedades particulares no núcleo Cidade Nova, permanecendo assim com processo judicial em andamento para regularização fundiária ou reintegração de posse.

Quadro 02 – Situação dos assentamentos urbanos informais em Marabá.

Assentamentos informais	Localização	Ano de ocupação	Unidades/famílias	Propriedade	Situação jurídica da área
Ocupação do Km 8 (Vila São José)	Cidade Nova	1980	3000	Propriedade desconhecida	Ocupação consolidada em litígio. Liminar negada.
Jardim União	Cidade Nova	1996	2626**	Propriedade do Sr. Reinaldo Zucatelli	Ocupação consolidada. Área declarada de Interesse Social pela Prefeitura.
Ocupação da Infraero (Aeroporto)	Cidade Nova	1986	891**	Propriedade da União	Ocupação consolidada em litígio. Parte da área ocupada pertence à União, parte ao Município e parte a um particular. Não há processo judicial de reintegração de posse.
Bela Vista	Cidade Nova	2004	4000	Propriedade da União	Ocupação consolidada em propriedade da União. Área declarada de Interesse Social pela Prefeitura.
Bairro Tancredo Neves (Jardim Jerusalém)*	Cidade Nova	2004	1200	Propriedade da União	Ocupação consolidada. Propriedade da União repassada para o Município sob a responsabilidade da Associação dos Flagelados e Sem Teto da Região de Marabá (AFTRM)
Jardim Filadélfia (Vale do Itacaiúnas)*	Cidade Nova	2005	208	Propriedade da Sr. Lucinha	Ocupação consolidada em litígio. Liminar de reintegração de posse cumprida em 2006. Houve reocupação da área. Liminar revigorada.

São Miguel da Conquista I	Cidade Nova	2006	3905**	Propriedade do Sr. Aurélio	Ocupação consolidada em litígio. Liminar de reintegração de posse apenas dos lotes desocupados. Área declarada como de Interesse Social pela Prefeitura.
Bairro da Paz	Cidade Nova	2007	6206**	Propriedade da Sr. Lucinha	Ocupação consolidada em litígio. Parte da propriedade foi doada ao município em 2007. Liminar de reintegração expedido em 2009. Área declarada como de Interesse Social pela Prefeitura.
São Miguel da Conquista II (Nova Vida)*	Cidade Nova	2007	180**	Propriedade desconhecida	Ocupação consolidada em litígio. Liminar de reintegração deferida em 2007, aguardando cumprimento. Foi determinada aplicação de multa em virtude do não cumprimento da ordem e multa por dia de atraso.
Cidade de Deus (Sororó)*	Cidade Nova	2008	800	Propriedade da Cosipar	Ocupação consolidada em litígio. Liminar de reintegração de posse.
Invasão da Infraero	Cidade Nova	SI.	945	Propriedade da União	SI.

SI - Sem informações.

* Ocupação não considerada no Censo de 2010.

** Dados divergentes na estimativa do Censo de 2010 e nas informações do quadro elaborado por Trindade Jr. (2011).

Observação: nos casos de informações divergentes, foram considerados os dados do IBGE para as ocupações consideradas em ambas as pesquisas.

Fonte: IBGE, 2010; TRINDADE JR., 2011. In: RUSSI, 2014, p. 36-37; DIAGONAL, 2011; PMM, 2011. In: Revisão do Plano Diretor Participativo de Marabá, Pará. Relatório Técnico. 2011. Elaborado pelo autor, 2018.

Desta forma, em síntese, o cenário no qual se apresenta a expansão da ocupação urbana nas áreas periféricas do núcleo Cidade Nova, acompanha os processos socioespaciais relacionados aos fluxos migratórios e ao conseqüente crescimento demográfico da população urbana, que se intensificou principalmente a partir da década de 1970, com a instalação dos grandes projetos na Amazônia, que veio de modo a dinamizar o espaço regional, tendo seus reflexos na estruturação e organização do espaço intraurbano.

Com o crescimento populacional maior do que o esperado, tendo em vista que o núcleo Nova Marabá foi concebido para suportar parte desse contingente populacional, mas logo verificou-se que, devido à complexidade dos fluxos de capital nacional e estrangeiro, a atração de mão-de-obra superou a demanda, ocasionando uma certa pressão demográfica por uma população que veio para a região em busca de oportunidades, mas não conseguiu de fato ser absorvido pelo mercado de trabalho. Desta maneira, a forma de reprodução social desses sujeitos também se estruturou de uma maneira complexa e de certo modo fragilizada.

Sem condições de se estabelecer na cidade dentro da formalidade, essa população era cada vez mais empurrada para as áreas mais distantes do centro, a partir de uma ocupação espontânea. O núcleo Cidade Nova, a princípio, passou a atrair essa parcela da população menos abastada, dentre outros fatores, pelo preço dos lotes serem mais baratos.

Dentro da lógica de valorização do capital, a comercialização da terra urbana possui um valor de troca maior que o seu valor de uso, tornando-a essencial para a organização da própria cidade. A ação de agentes econômicos dotados de capital para investir acaba por valorizar áreas, ao mesmo passo que desvaloriza outras que não sejam de seu interesse. Isso não quer dizer que estas áreas desvalorizadas possam, em outro momento histórico agregar um valor a área, mas no contexto o qual surgiram as ocupações no núcleo Cidade Nova, as áreas menos valorizadas estavam localizadas nos limites periféricos.

A produção do espaço urbano na periferia assume, desta maneira, um padrão diferenciado do contexto no qual outras áreas da cidade se inserem. Estruturados a partir da consolidação de ocupações precárias, nos limites da franja urbana, localizadas em áreas insalubres e, em muitos casos, de risco ou causando alguma pressão ambiental, se expandem e se organizam espacialmente ao se caracterizarem pela precariedade das

relações e condições de moradia da população. A paisagem produzida também se revela através de formas e conteúdos que se diferenciam não apenas pelo status de segregação, mas também pelo conflito de interesse de diferentes agentes que atuam e produzem estes espaços. Os instrumentos do planejamento urbano como a regularização fundiária destas áreas, tenta minimizar os impactos sociais e gerir os conflitos, mas não se mostram como solução para outras questões como acesso aos serviços, infraestrutura e a qualidade de vida.

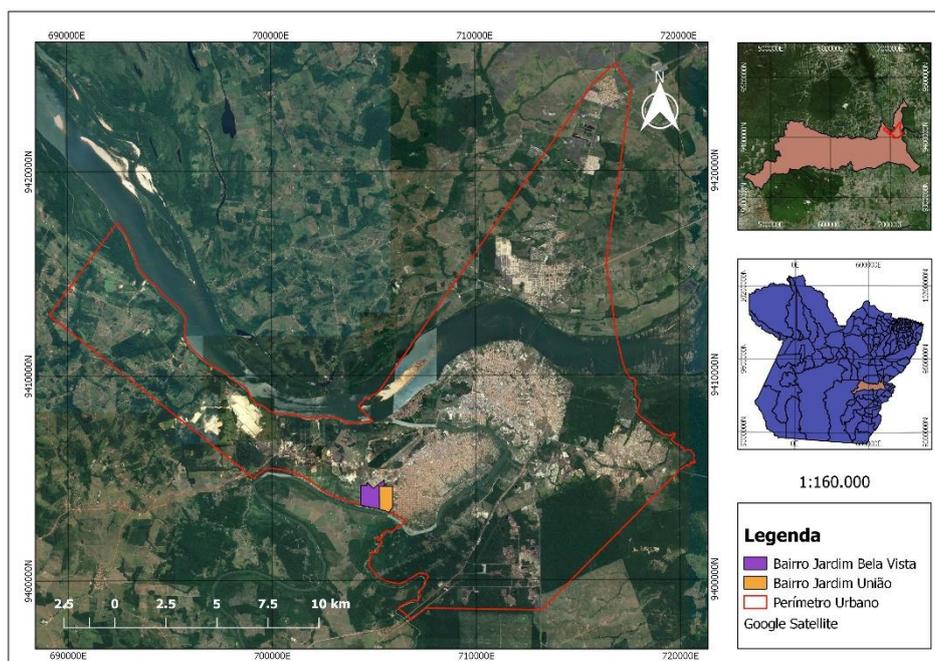
É neste contexto que se insere a consolidação da ocupação nos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista, focos desta pesquisa. Ambos compartilham uma realidade periférica, com espaços produzidos e estruturados em momentos distintos, mas que se mostram evidentemente relacionados, sendo um a expansão da ocupação inicial do outro. No próximo capítulo, veremos a forma como cada um se estruturou e de que forma a expansão urbana atinge estas áreas a partir da sua dinâmica e da relação com o espaço intraurbano e com a cidade como um todo.

CAPÍTULO 3: SEGREGAÇÃO E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NA PERIFERIA: OS BAIROS JARDIM UNIÃO E JARDIM BELA VISTA

Considerando os aspectos até aqui destacados acerca da estruturação do espaço urbano marabaense, torna-se evidente a influência dos agentes produtores do espaço na dinâmica socioespacial intraurbana. As diferenciações verificadas na produção do espaço urbano resultam da ação e do conflito de interesses de diferentes agentes produtores do espaço. A cidade, fragmentada em seus usos, revela áreas onde o processo de valorização da terra ainda se faz de maneira tímida, fato este que explica o não interesse em promover a comercialização dos terrenos nestas localidades dentro do circuito pensado pelo mercado imobiliário.

O processo de segregação que se observa no interior da cidade é produzido a partir da ação dos agentes produtores do espaço na disputa pelo acesso e controle da terra urbana, que se estrutura a partir de diferentes lógicas, seja a da habitação, ou a do mercado, que impõe a valorização. Este processo é acentuado a partir da expansão urbana para áreas cada vez mais distantes do centro – ou no caso específico da cidade de Marabá, dos sub-centros localizados em cada núcleo urbano, onde algumas localidades assumem um papel de maior centralidade e com isso polarizam uma série de infraestruturas e atraem o investimento de capital.

Figura 10 – Mapa de localização dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista.



Fonte: IBGE, 2010; SEPLAN, 2018. Imagem: Google Satellite. Projeção UTM 22S. Datum SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor, 2018.

Consequentemente, as ocupações que se formam em áreas mais distantes e periféricas, para onde se direcionam os vetores da expansão urbana, assumem características menos favoráveis na estruturação do espaço urbano. Em razão da necessidade de se estabelecer na cidade e pela dificuldade de acesso às áreas mais estruturadas e, portanto, valorizadas, a população de baixa renda tende a ocupar e se concentrar em áreas mais distantes.

Este processo de segregação socioespacial configura-se e toma forma no espaço urbano através de uma diferenciação residencial, sendo a desigualdade espacial fruto de uma desigualdade social existente no sistema capitalista (SANTOS; FERREIRA, 2016, p. 178). Portanto, as cidades e seu espaço urbano reproduzem esta mesma lógica excludente. Deste modo, considera-se que a segregação residencial ocorre em relação à concentração da força de trabalho e sua reprodução nas cidades (SANTOS; FERREIRA, 2016, p. 179) majoritariamente a partir da consolidação de ocupações em áreas periféricas.

Neste mesmo sentido, as desigualdades observadas nas periferias das cidades brasileiras é fruto desta concentração residencial das famílias de baixa renda em áreas espacialmente segregadas pela precariedade do acesso aos serviços e equipamentos urbanos e desvalorizadas no mercado de terra e pelos agentes imobiliários, servindo assim como um mercado alternativo baseado na informalidade das ocupações e das construções de habitações.

3.1. O Bairro Jardim União

O surgimento do bairro Jardim União está associado pode ser compreendido a partir do contexto no qual se insere a ocupação da área. No decorrer da década de 1990 novas ocupações surgiam na cidade de Marabá e marcavam um novo padrão adensamento populacional, agora centrado nas periferias para onde se direcionava o sentido da expansão da cidade. O crescimento e expansão das periferias, neste sentido, ocorreu a partir do incremento populacional que aumentou a demanda por habitação e agravou o déficit habitacional já existente.

O intenso fluxo migratório que se direcionava para Marabá desde a década de 1970 com a abertura das rodovias e a instalação de grandes empreendimentos na região, concomitantemente ao auge do garimpo de Serra Pelada, modificou a estrutura urbana e a lógica de ocupação do solo, que cada vez mais estava inserida no circuito da acumulação

de capital, empreendida por agentes imobiliários, proprietários de terras e outros agentes que modificavam sua forma de atuação no espaço urbano.

A grande pressão demográfica e a demanda por moradia ocasionada pela chegada de uma população migrante, atrelada ao alto preço na comercialização de terras no núcleo Nova Marabá, constituíram os principais fatores que levaram a população que chegava a procurar outras áreas da cidade e, conseqüentemente, ocuparem a periferia do núcleo Cidade Nova, colaborando para a expansão e consolidação deste núcleo, onde o preço da terra era menor em comparação com outros núcleos urbanos da cidade. Evidentemente, o baixo preço da terra estava associado às características dessas áreas que, em geral, não apresentavam as condições adequadas de infraestrutura e de acesso aos serviços.

O processo de ocupação dessas áreas na periferia foi marcado principalmente pela atuação de agentes diferenciados que detinham propriedades rurais no entorno das áreas urbanizadas, onde através da articulação política e econômica, atuaram para promover mudanças na delimitação do perímetro urbano da cidade, transformando estas áreas em urbanas e, com isso, promovendo um processo especulativo que levou a um transformação do cenário intraurbano, que agora passava a crescer a partir destas ocupações.

O adensamento das ocupações no núcleo Cidade Nova em meados da década de 1990 já representava a maior parte das novas ocupações que surgiram até 2005, e concentrava uma população mais pobre, ocupando as áreas em direção às margens do Itacaiúnas, nas quais se concentram os assentamentos urbanos informais. Dessa maneira, surge no ano de 1996, a partir da ocupação de uma área em cadastrada nome de Reinaldo Zucatelli, a ocupação Jardim União, em uma área de aproximadamente 50 hectares, com cerca de 2000 mil famílias, segundo o relatório de revisão do PDPM.

Em comparação, segundo os dados do último Censo em 2010, esse número representava aproximadamente 2626 habitantes. Um crescimento de cerca de 31%, relativamente baixo, mas que pode ser explicado pelo surgimento e consolidação de outras ocupações também localizadas no núcleo Cidade Nova, a exemplo da ocupação que deu origem ao bairro Jardim Bela Vista a partir de 2004.

Figura 11 – Vista do bairro Jardim União.



Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

A consolidação desta ocupação perpassa o discurso do crescimento econômico que se reproduzia em Marabá neste período, a exemplo dos ciclos econômicos anteriores, associado a existência de um fator externo que dinamizou o cenário econômico local. No entanto, o quadro que se observava nas localidades afastadas das áreas centrais dos núcleos urbanos era de desigualdade e crescimento das disparidades econômicas nos aspectos da renda média das populações que já sofriam com as consequências de viver em uma área de urbanização precarizada e que apresentava baixas expectativas de crescimento e ascensão social.

O panorama que se apresenta na paisagem do bairro traz consigo as marcas da ocupação espontânea, que gradualmente veio a ser regularizada através dos mecanismos do plano diretor. A área é caracterizada como Zona Especial de Interesse Social, no qual se promove o adensamento da ocupação com a consolidação de um padrão majoritariamente residencial.

3.2. O Bairro Jardim Bela Vista

O processo de ocupação da área na qual está localizado o bairro Jardim Bela Vista está associado ao processo de expansão da ocupação que se consolidava no bairro Jardim União. A área era inicialmente considerada uma propriedade da União, sendo posteriormente caracterizada como uma Zona Especial de Interesse Social, definida pelo PDPM (2006) e aprovada nas atribuições do Plano Local de Habitação de Interesse Social (2013).

O histórico do bairro está ainda atrelado ao período e ao contexto no qual se promoveu a ocupação da área, localizada até então no limite do perímetro urbano da cidade no sentido sul da expansão do tecido urbano. De acordo com PLHIS, a ocupação teria iniciado no ano de 2004, a partir de um acordo firmado entre a Prefeitura Municipal de Marabá com o Ministério das Cidades, através do convênio nº 163-250-51/2004, que permitiu o financiamento pela Caixa Econômica Federal de um projeto de construção de 150 unidades habitacionais para atender as famílias que residiam em áreas de risco de enchentes, com o objetivo de remanejar estas populações atingidas pela cheia dos rios Tocantins e Itacaiúnas no mesmo período.

O projeto da construção do loteamento habitacional se iniciou a partir da desapropriação do imóvel urbano denominado “Chácara Monte Dourado”, que ocupava uma área de 88.7790 ha. Nesse sentido, a ocupação da área se desenvolveu em dois sentidos contraditórios, porém complementares no sentido da expansão da ocupação. O primeiro sentido diz respeito a ocupação formal, no sentido do cadastro realizado por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) das famílias que seriam atendidas. O segundo sentido considera o movimento informal da ocupação promovida por agentes que visavam a especulação imobiliária nestas áreas através da comercialização ilegal de terrenos e lotes irregulares.

A existência destes dois movimentos contraditórios levou a uma expansão da ocupação que havia sido inicialmente planejada para atender somente às famílias em situação de risco pelas enchentes. Com isso, a ocupação da área tomou grandes proporções a partir da expansão do comércio informal de terrenos e pequenos lotes em torno do perímetro. Como ressalta o diagnóstico realizado pela SDU em 2013, a

especulação imobiliária na área levou ao cadastramento irregular de 5.000 (cinco mil) famílias, em contradição com os apenas 2.000 (dois mil) lotes disponíveis na área.

Figura 12 – Vista do Bairro Jardim Bela Vista.



Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

Com o processo de ocupação em consolidação nos anos seguintes, a população que ali residia via a necessidade de se organizar socialmente para dar voz às suas reivindicações, criando em 2005 a Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista (AMBBEV), entidade que engajava as representações populares dos moradores. O próprio nome da localidade havia sido escolhido em coletividade, considerando o aspecto físico da área com topografia elevada, no qual a partir de um morro avistava-se toda a área ocupada, dando origem ao nome “Bela Vista”, oficialmente registrado como Jardim Bela Vista.

Com o processo de consolidação da ocupação, a população do bairro cresceu rapidamente. Segundo os dados do Censo, a população do bairro hoje chega a cerca de 4.306 habitantes, representada majoritariamente por famílias de baixa renda, sendo aquelas que haviam sido remanejadas pelo poder público, ou aquelas que procuravam na localidade um local para moradia, visto o alto preço da terra nas demais áreas da cidade,

principalmente nas áreas centrais de cada núcleo, em geral, bem atendidas pelos serviços e dotadas de equipamentos e infraestrutura urbana. Essa concentração de uma camada mais pobre leva à construção de um estigma social acerca da localidade, que perpassa pela visão de insegurança e criminalidade, além da precariedade da infraestrutura e dos serviços que se observa no cotidiano do bairro.

Apesar da luta dos moradores nas reivindicações dos seus direitos e pela própria regularização fundiária das famílias residentes do bairro, a realidade que se constrói evidencia que mesmo na periferia, em espaços desvalorizados pelo mercado imobiliário convencional, a lógica capitalista de acumulação se reproduz através de agentes que se articulam e, por vezes, se entrelaçam em suas ações, gerando uma especulação mesmo em espaços desvalorizados, em um processo que desenvolve a partir da lógica da necessidade da habitação e de reprodução social (SOUZA, 2015).

A existência de tal fato aumenta o processo de exclusão social, agravada pelo contexto de precarização no qual se desenvolveu a urbanização da área, com o rápido crescimento das ocupações. A segregação socioespacial que se observa no bairro é produto das relações de apropriação do espaço e da reprodução da lógica de uma urbanização predatória que se refletem nas características das formas urbanas. Há que se destacar as condições insalubres com as quais a população convive que dizem respeito à falta de saneamento básico, ruas sem asfaltamento, precariedade no acesso à mobilidade e acessibilidade urbana, além da deficiência na oferta de serviços como educação e lazer que agravam ainda mais este quadro.

3.3. Breve síntese comparativa entre os dois bairros: semelhanças e contradições na produção das desigualdades

A ação de diferentes agentes e processos que transformam o espaço produz marcas na paisagem destes bairros e escancara uma realidade que evidencia a precariedade cotidiana das periferias nas cidades brasileiras. A necessidade de verificar a partir da pesquisa empírica as transformações no espaço para além das formas implica também uma explicação dos processos e das consequências de uma urbanização que se reproduz aos moldes de países subdesenvolvidos, tal como se verifica em países da América Latina, ou ainda, como aponta Maricato (2000), que se desenvolve diferencialmente através de um urbanismo que se perpetua na “periferia do mundo globalizado” e produz espaços cada vez mais segregados na cidade capitalista.

Neste sentido, em uma primeira aproximação, a análise do contexto no qual se insere a realidade de ambos os bairros evidencia um panorama compartilhado acerca das desigualdades e disparidades presentes no espaço e na paisagem urbana. O processo de segregação que imprime uma distância que se manifesta tanto de forma espacial, quanto social nos bairros e nos moradores destas localidades, pode ser analisado e representado através dos dados obtidos a partir da aplicação de questionários, com o objetivo de verificar de que forma a problemática urbana se coloca para estas populações.

A princípio, a observação do cotidiano local nos leva a considerar o quadro que se apresenta para os dois bairros como traços de semelhanças. Considerando ainda a diferença no período de surgimento de ambos os bairros, o padrão de ocupações precárias que se promoveram nestas localidades revela um cenário no qual estes bairros receberam em um primeiro momento uma população mais pobre, seja ela migrante, como aconteceu de forma mais evidente no caso do bairro Jardim União, seja ela já residente em Marabá, advinda de outras áreas da cidade, como aconteceu no bairro Jardim Bela Vista. Vale ressaltar que este último, também apresenta uma grande parcela da população sendo migrante, mas como apresentado anteriormente, havia sido idealizada para receber a população em situação de risco de enchentes.

Em comparação, os dois bairros apresentam aspectos semelhantes no que diz respeito ao acesso à infraestrutura urbana. A precariedade apresentada em ambas localidades está expressa em ruas sem asfaltamento, baixo ou nenhum acesso aos serviços de saneamento básico. No âmbito da mobilidade urbana, o transporte público apesar de existente na área não representa a forma de transporte mais utilizada pela população devido a sua baixa eficiência.

Figura 13 – Avenida principal do Bairro Jardim União (2018).



Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

Figura 13 – Avenida principal do Bairro Jardim Bela Vista (2018).



Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

Conforme se observa nas figuras acima, apenas no bairro Jardim União a principal via de acesso possui asfaltamento, na qual marca o trajeto percorrido pelo transporte coletivo. No entanto, há que se destacar o estado que se encontra o asfaltamento, considerado de péssima qualidade pela população residente, com o surgimento de buracos e partes onde o asfalto se encontra consumido por completo.

Nas demais vias de ambos os bairros, o cenário existente é de ruas sem pavimentação com lançamento de esgoto e resíduos sólidos ao ar livre. O serviço de coleta de lixo existe e atende boa parte destas áreas, porém não resolve a problemática que agrava o quadro caótico das deficiências existentes e que se mostram semelhantes em ambos os bairros.

Figura 15 – Padrão de ruas sem asfaltamento no bairro Jardim União (2018).



Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

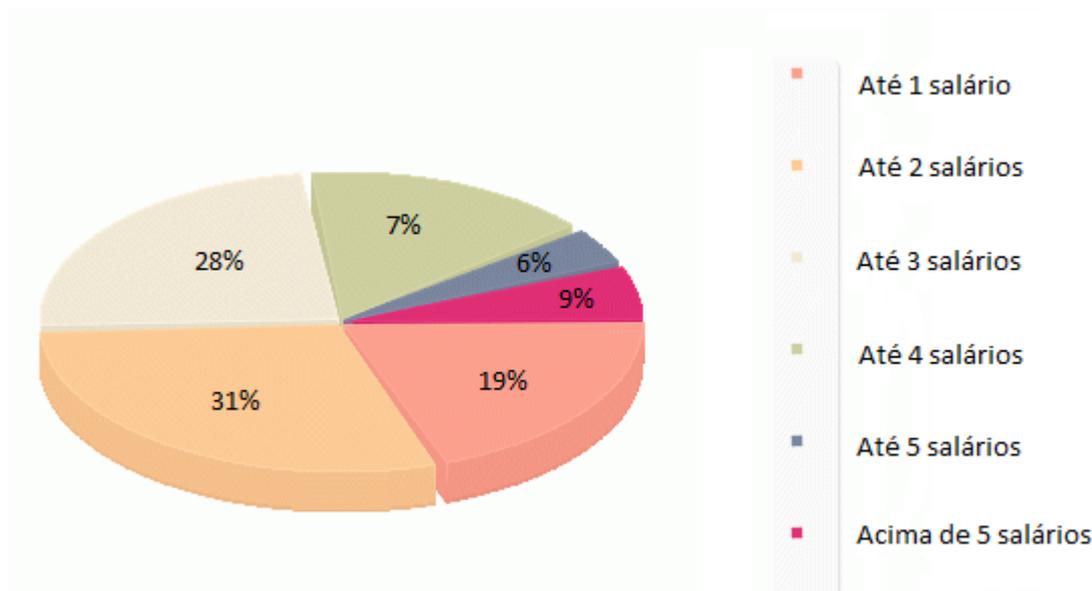
Figura 16 – Padrão de ruas sem asfaltamento no bairro Jardim Bela Vista (2018).



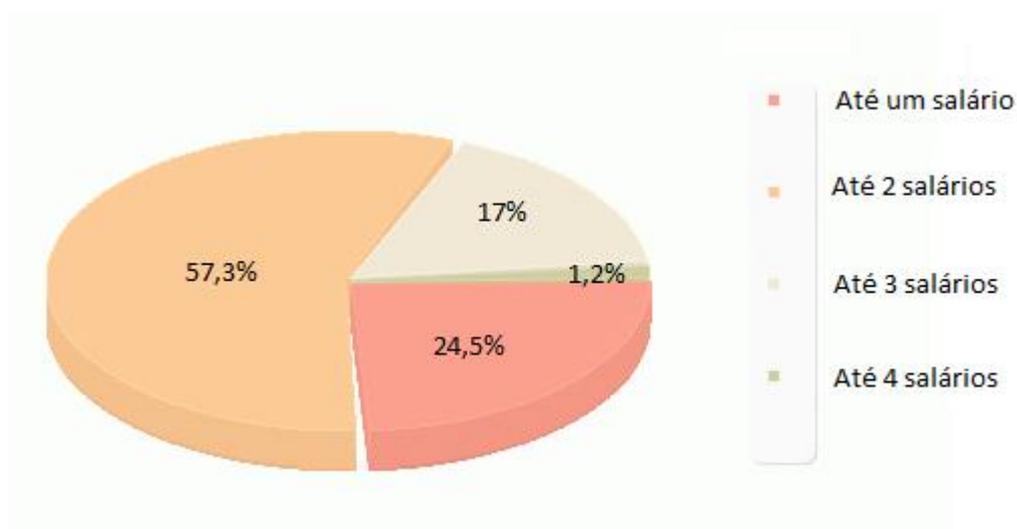
Fonte: Trabalho de campo, jun. 2018.

No que se refere ao padrão de moradias, o bairro Jardim União apresenta residências com um padrão de nível mais alto, construídas em alvenaria em sua grande maioria. A exemplo deste quadro, apenas 12% dos moradores que responderam ao questionário possuem moradia construída em madeira. A própria dinâmica econômica reflete em parte as características socioeconômicas da população, tendo o bairro Jardim União um centro comercial estabelecido de forma linear, concentrando grande parte dos serviços e comércio da localidade.

Em contrapartida, no bairro Jardim Bela Vista a realidade é diferente. Cerca de 42% dos moradores entrevistados residem em habitações construídas em madeira. Esse diferencial pode ser analisado e interpretado ainda a partir do aspecto da renda média dos entrevistados, que se mostra menor no bairro Jardim Bela Vista.

Gráfico 2 – Renda média mensal dos entrevistados no Bairro Jardim União.

Fonte: Trabalho de campo, jun./jul. 2018.

Gráfico 3 – Renda média mensal dos entrevistados no Bairro Jardim Bela Vista.

Fonte: Trabalho de campo, jun./jul. 2018.

Em análise, uma das justificativas para esta diferença na renda média entre os dois bairros deve considerar o processo de consolidação destas ocupações e o tempo de estruturação de cada uma delas, sendo assim, o bairro Jardim União o mais antigo, com o desenvolvimento e o crescimento de um circuito econômico comercial e de serviços que atendem o bairro.

Em relação ao tempo de moradia, 84% dos entrevistados residem no bairro há mais de 10 anos e apenas 7% reside no bairro desde o início da ocupação, tendo acompanhado o crescimento da ocupação e a expansão das ocupações. No caso do bairro

Jardim Bela Vista, 73% dos entrevistados residem há mais de 10 anos na localidade e 37% reside desde o início da ocupação.

Uma das principais reivindicações da população de ambos os bairros se concentra na falta de espaços públicos para lazer, o que leva com que os moradores tenham que se deslocar para outras áreas da cidade para usufruir destes espaços. Considerando o deslocamento e a mobilidade desta população, esta encontra-se bastante debilitada ao que se refere ao atendimento e a disponibilidade do transporte público coletivo. A precariedade do serviço, que não é exclusividade das áreas periféricas, agrava ainda mais o quadro de segregação e desigualdade pelo tempo de deslocamento, principalmente no trajeto de casa para o trabalho e interfere na qualidade de vida da população.

O diagnóstico realizado no PLHIS identifica as principais carências do bairro Jardim Bela Vista, considerando a caracterização da área como de Interesse Social. Nesse sentido, nos aspectos levantados pelo plano, todos apresentam deficiência evidenciando a necessidade da ação do poder público.

Quadro 03 – Diagnóstico das principais carências do bairro Jardim Bela Vista.

ACESSIBILIDADE	SANEAMENTO	HAB. VULN. SOCIAL	EQUIP. PÚBLICOS	SAÚDE	ASSIST. SOCIAL	EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA	COMUNICAÇÃO
Transporte público coletivo					CRAS	Escola de Ensino Fundamental		
Transporte público coletivo insuficiente para atender a demanda, com itinerários que não favorecem a		Existem muitas casas construídas em alvenaria, porém muitas precisam de melhorias.	Novas unidades Escolares, melhorar atendimento no CRAS para atender a um maior público.		Falta de estrutura para melhor atender a demanda.	Precisa de mais unidades escolares.		
Nenhuma rua possui asfalto, transporte público insuficiente para atender a população.	Não há rede de esgoto e água.	Há muitas moradias construídas em madeira sem estrutura adequada.	Falta Escola de Ensino Médio, Posto de Saúde, Posto de Polícia e áreas destinadas ao lazer.	Falta Posto de Saúde.		Não possui creche, Escola de Ensino Médio, nem Ensino Técnico.	Ruas sem asfalto, sem saneamento, falta de espaços para o lazer e creche de tempo integral.	Não possui telefone público nem acesso a internet, sem serviço de Correios.
Legendas:  Ponto de Eficiência  Ponto de Atenção  Ponto de Deficiência								

Fonte: PLHIS (2013), SEPLAN, (2018).

Contudo, as principais diferenças que se apresentam na estruturação do espaço urbano produzido nos dois bairros se referem à forma da produção e aos agentes envolvidos no processo, além da clara periodização do surgimento de cada uma das

ocupações. No entanto, ambas as localidades passaram pelo mesmo processo de expansão e crescimento populacional e consolidaram-se como bairros populosos, que concentram uma população em situação de vulnerabilidade social e hoje integram o cenário de localidades que são caracterizadas como aglomerados subnormais.

A paisagem que se constrói e se modifica conforme o avanço das ocupações e a transformação de antigas habitações de madeira em alvenaria e com o incremento de novas dinâmicas intraurbanas nestes espaços revela ao observador aquilo que Serpa (2002) aponta como a paisagem periférica, constituída a partir de traços e formas características, compartilhando processos semelhantes na forma de produção do espaço e da ação dos sujeitos, seja pelo uso e apropriação do espaço através do direcionamento do poder público municipal representando a esfera do Estado, seja pela própria reorganização social que constitui elemento fundamental nas transformações destes espaços distantes das áreas centrais da cidade em espaços de vivência e construção da uma moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o contexto no qual se insere este trabalho, a realidade que se apresenta para as populações de baixa renda que residem em grande maioria na periferia das cidades brasileiras, revela um cenário de exclusão social e segregação espacial. A paisagem que salta aos olhos do observador, esconde o conteúdo dos processos responsáveis pela reprodução desta lógica, mas não oculta suas consequências, que estão expressas nas formas resultantes.

Há ainda um certo receio ao se abordar dentro da questão urbana o espaço nas periferias. Isso se reflete através dos estigmas sociais cotidianamente reproduzidos através de um senso comum que torna ainda maior o distanciamento social entre estas áreas com relação à cidade. Constituindo-se como local de moradia de uma população que, em geral, não possui poder aquisitivo para residir em áreas melhores atendidas pelos serviços públicos e com maior infraestrutura, a periferia se torna ainda mais segregada, seja pelo distanciamento social ou pelo cenário de informalidade que se construiu a partir da expansão e da consolidação das ocupações urbanas entre os anos de 1990 a 2010.

Em comparação, o próprio contexto no qual se desenvolve a urbanização das duas áreas estudadas, diferencia a forma na qual os bairros estão estruturados. Torna-se evidente que a periferia em Marabá cresceu em um sentido onde ampliou-se não somente as distâncias espaciais, mas também sociais, no que diz respeito à concentração da população mais pobre residente nestas áreas.

Este processo reflete a lógica capitalista de concentração dos meios de produção, na qual Harvey (2005), aponta que esta é necessária para a reprodução do capital. Conseqüentemente, a cidade acaba reproduzindo esta lógica pela inserção de um modelo de urbanização pautado no discurso de desenvolvimento econômico. As classes sociais excluídas representam, neste sentido, um lado do desenvolvimento desigual promovido pelo sistema capitalista, que afere a estes grupos as conseqüências da desigualdade.

Os agentes envolvidos na produção do espaço se diversificam e dinamizam suas ações entrelaçando conflitos e interesses, seja pela propriedade da terra para comercialização dos terrenos por parte dos proprietários fundiários e promotores imobiliários, seja pela ocupação espontânea que promoveu a expansão periférica no período aqui analisado.

A lógica de promover a ocupação destas áreas reproduz no espaço urbano da cidade a racionalidade capitalista, tal como discutido anteriormente no primeiro capítulo deste trabalho, onde se torna clara a manifestação da reprodução das desigualdades através da produção de espaços precarizados pela falta de infraestrutura e assistência do poder público.

No entanto, deve-se ressaltar que mesmo na informalidade, atuando através de uma lógica antagônica ao modelo econômico, os grupos sociais que produzem o espaço da periferia dão a ela sentido no âmbito do cotidiano na cidade. Cabe ainda destacar que o processo de exclusão que se reproduz nestas áreas diz respeito ao direito à cidade e a vida urbana, além da construção dos estigmas sociais. No cenário urbano da cidade, concentram grande parte da classe trabalhadora e ainda aquela parcela que participa de um circuito informal da economia.

Neste sentido, a análise da produção do espaço urbano possibilita compreender os processos que justificam o crescimento das ocupações na periferia das cidades brasileiras e identificar o papel dos diferentes agentes envolvidos. Em Marabá, é evidente o papel dos agentes externos na produção do espaço urbano e na articulação com o circuito econômico do capital. A introdução de novos agentes constituiu um fator socioeconômico importante para o desencadeamento de uma nova racionalidade pautada na transformação da cidade em mercadoria.

O contraste que se apresenta na diferenciação dos espaços produzidos através de lógicas divergentes, mas complementares, acentua uma problemática se apresenta também para o cenário urbano brasileiro, no qual as desigualdades sociais se refletem na produção de espaços onde a falta de infraestrutura marca a paisagem e consolida um padrão de uma periferia que perpassa uma urbanização precária, onde o acesso à moradia se faz de maneira instável pela ocupação de áreas insalubres ou não adequadas para a habitação.

A análise do contexto que envolve o surgimento das duas ocupações urbanas aqui estudadas mostra que o fator externo promoveu um intenso fluxo migratório para a cidade de Marabá, que figurava dentro do cenário regional como centro polarizador das oportunidades que surgiam a partir dos grandes empreendimentos econômicos. O crescimento econômico registrado neste período estabeleceu as bases para a atuação dos agentes econômicos inseridos no circuito imobiliário.

As transformações ocorridas no espaço intraurbano decorrem em uma reestruturação também da cidade, a partir da qual novos espaços são apropriados e mostram uma tendência a se expandir cada vez mais para a periferia. Estas por sua vez ainda se encontram em processo de consolidação e mantêm o *status* de segregação socioespacial. O crescimento da cidade representa nas áreas periféricas o aumento das disparidades e das desigualdades.

Contudo, a análise do processo urbano de produção do espaço não se caracteriza pela forma estática, mas sim pelo movimento através do tempo. Com isso, a paisagem que se revela hoje nas periferias, tal como nos bairros aqui estudados, é resultado do seu próprio tempo e dos processos nos quais os agentes envolvidos na produção do espaço se articulam a partir dos seus interesses.

Compreender os processos e identificar os agentes responsáveis pela transformação do espaço urbano da cidade é essencial para o entendimento da realidade e do contexto no qual as populações de baixa renda se encontram ao ocupar e viver nas periferias. O sentido de movimento, no qual a análise dialética da produção está pautada, mostra que é possível mudar esta realidade. O entendimento acerca dos instrumentos e dos mecanismos que possibilitem aos sujeitos elucidar que o direito à cidade se faz na luta cotidiana pelo acesso à vida na cidade torna-se essencial, ao mesmo tempo que ameaça também as estruturas hierárquicas do sistema, que traz um discurso de desenvolvimento, mas reproduz e acentua as desigualdades.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Francinete de Souza. **O entroncamento como forma espacial no urbano em áreas de fronteira:** caso do Km 6, Marabá-PA. Monografia (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Colegiado de Geografia, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2002.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob os projetos governamentais.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

BECKER, Bertha Koiffmann. **A urbe amazônica:** a floresta e a cidade. 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Espaço e indústria.** 7ª. ed. – São Paulo: Editora Contexto/Edusp, 1997.

_____. **A condição espacial.** – São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. – São Paulo: Contexto, p. 53-73, 2011b.

CARVALHO, Magno Ricardo Silva. **A produção do espaço urbano em Marabá-PA e a sua relação com as ocupações urbanas e assentamentos informais:** estudo de caso do bairro Nossa Senhora Aparecida. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Marabá, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. v. 48. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 3ª ed. – São Paulo: Ática, 1995.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: _____; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 41-60, 2011.

COSTA, Ériko Fabrício Nery. **Periferização, dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira, Pará.** Dissertação. (Mestrado) – Universidade Federal da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Belém, 2013.

DIAGONAL; MARABÁ, Prefeitura Municipal. **Revisão do Plano Diretor Participativo de Marabá, Pará.** Relatório Técnico. 2011.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2. ed. Belém: Naea-UFPA, 1999.

GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Periferia: a produção do espaço e representações sociais no/do bairro Restinga – Porto Alegre/RS. In: *Para Onde!?*, v. 2, n. 2, jul. – dez., p. 61-75, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22077>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvreana. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, n° 23, p. 125-132, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HORA, Maria Lúcia Falconi. A (re)produção do espaço urbano e a lógica dos agentes produtores. In: *Revista Formação (Online)*, v.1, n. 5, p.31-43, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, Censo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** [1ª ed. 1974]. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006.

_____. **O direito à cidade.** 1ª ed. – São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, Michel Melo. A produção social e a relação cidade-rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, v. 20, p. 267-280, 2016.

MARABÁ, Prefeitura Municipal. **Lei n. 17.846**, de 29 de mar. de 2018. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Marabá e dá outras providências. Marabá, PA, 29 mar. 2018.

MARABÁ, Prefeitura Municipal. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Superintendência de Desenvolvimento Urbano, Marabá, PA, 2013.

MARABÁ, Prefeitura Municipal. **Lei n. 17.213**, de 09 de out. de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Marabá, cria o Conselho Gestor do Plano Diretor e dá outras providências. Marabá, PA, 9 out. 2006.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, oct. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NUNES NETO, José Evilázio de Brito. **A influência do mercado imobiliário na produção do espaço urbano de Marabá**: estudo de caso dos loteamentos Residencial Paris e Residencial Delta Park. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2017.

PNUMA *et al.* **Perspectivas para o meio ambiente urbano**: GEO Marabá. Belém-PA: PNUMA/UN-HABITAT/IBAM/ISER, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. In: _____. *Amazônia, amazônias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 79-126, 2005.

RIBEIRO, Rovaine. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica**: a experiência de Marabá no sudeste paraense. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. **Marabá**: centralidade urbana de uma cidade média paraense. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

_____. **Produção das desigualdades socioespaciais nas cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá. 2015. 270f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

RUSSI, Anilson. **Entre o legal e o real:** a regularização fundiária nos assentamentos urbanos informais do município de Marabá. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2014.

SANTOS, Douglas Parreira; FERREIRA, Idelvone Mendes. A segregação espacial e residencial na cidade contemporânea. p. 175-189. In: NEVES, Adriana Freitas, *et al* (Org.). **Estudos interdisciplinares em ciências ambientais, território e movimentos sociais.** São Paulo: Blucher, 2016.

SANTOS, Jânio Laurentino de Jesus; SERPA, Angelo. A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas. In: SERPA, Angelo (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. – Salvador: UFBA. 2001.

SERPA, Angelo. Morfologia urbana e apropriação social dos espaços livres de edificação na periferia. In: SERPA, Angelo (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. – Salvador: UFBA. 2001.

_____. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem.** 1ª ed. – São Paulo: Contexto, p. 161-179, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano. Entre a lógica da necessidade e a de mercado: cenários recentes da produção do espaço urbano no núcleo Cidade Nova, Marabá (PA). In: *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.36, v.1, p. 99-115, jan./jul. 2014

_____. **O Projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA):** a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais. Tese (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: *Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, 2004.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro *et al.* Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Ángeles**. 1ª. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 1, p. 27-222, 2016.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: *Estudos Avançados*. vol. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

APÊNDICE**MODELO DE QUESTIONÁRIO**

Pesquisa: A produção do espaço urbano na periferia: estudo de caso dos bairros Jardim União e Jardim Bela Vista em Marabá-PA

Pesquisador: Jhonatan Wivys Mendes Mesquita

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Cidade e estado de origem: _____

4. Tempo de residência no bairro: _____

5. Local de moradia anterior: _____

6. Escolaridade: _____

7. Mora em casa: a) de madeira () b) de alvenaria/ Tijolos () outras ()

8. Renda média familiar:

Até 1 salário ()

Até 2 salários ()

Até 3 salários ()

Até 4 salários ()

Até 5 salários ()

Acima de 5 salários ()

9. Quais as principais carências do bairro?

10. Quais os principais benefícios de se morar neste bairro?
